



REVISTA
DIÁRIO DE
CLASSE

Cefet/RJ
N. 1 | V. 1
março/2023

NA LUTA P
SOCIOLOGO
E
SOFI

NAO VA
TER COR
VAI TE
E

EXPEDIENTE

CEFET/RJ - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA

DIÁRIO DE CLASSE - Revista estudantil do Cefet/RJ | N.1, V.1 - março/2023

<https://revistas.cefet-rj.br/index.php/diariodeclasse>

Diretor-Geral

Mauricio Saldanha Motta

Vice-Diretora

Gisele Maria Ribeiro Vieira

Diretora de Ensino

Dayse Haime Pastore

Diretor de Pesquisa e Pós-Graduação

Ronney Arismel Mancebo Boly

Diretora de Extensão

Renata da Silva Moura

Diretora de Gestão Estratégica

Célia Machado Guimarães e Souza

Diretora de Administração e Planejamento

Bianca de França Tempone Felga de Moraes

CONSELHO EDITORIAL

Caroline Araújo Bordalo (Cefet/RJ)

Valena Ribeiro Ramos (Cefet/RJ)

Antônio Miguel Brito Feres (Cefet/RJ)

Keila Lúcio Carvalho (Cefet/RJ)

Marcela Serrano (Cefet/RJ)

Tarcila Formiga (Cefet/RJ)

Jorge Quintas (SEEDUC)

Gláucia Amaral (IFRJ)

Anita Handfas (UFRJ)

Marcello Coutinho (Joaquim

Venâncio/FioCruz)

Matheus Franco (Cefet/RJ)

Gabriella Bordoni (Cefet/RJ)

Isabela Lima (Cefet/RJ)

Luiza Moreira da Cruz (Cefet/RJ)

Jandira Ferreira (Cefet/RJ)

Lucas Tejedor (Cefet/RJ)

Pedro Pestana Fulgoni Lara (Cefet/RJ)

Júlia de Assunção Maia (Cefet/RJ)

Guilherme Leal Teixeira (Cefet/RJ)

Editoria

Caroline Araújo Bordalo (Cefet/RJ)

Valena Ribeiro Ramos (Cefet/RJ)

Revisão

Caroline Araújo Bordalo (Cefet/RJ)

Valena Ribeiro Ramos (Cefet/RJ)

Projeto Gráfico

Divisão de Programação Visual – DPROV

Diagramação da edição

Divisão de Programação Visual – DPROV

Foto da capa

Giovana Lamonica

EDITORIAL

Bem vindes à Diário de Classe!

Nossa revista nasce como projeto de extensão da Coordenação de Sociologia no CEFET-RJ (Maracanã) e desde então trilhamos um longo processo até chegarmos aqui. Avançar com a divulgação científica é um imenso desafio em nosso país. Porém, além de ser o nosso dever, esta é uma tarefa urgente diante de tantos impasses na relação entre ciência e sociedade.

Nosso projeto foi profundamente afetado pelo período em que enfrentamos a pandemia e foi preciso diminuir o ritmo reformulando melhor nossos objetivos. Ao mesmo tempo, tornou-se ainda mais clara a relevância de projetos que investem no estímulo da produção científica e na investigação das melhores formas de divulgação, ampliando mais e mais o alcance do conhecimento que por vezes fica restrito às pessoas mais próximas das instituições de ensino e pesquisa.

A educação precisa ser libertadora, precisa ter sentido para todos que com ela estão envolvidos e ser partilhada com a sociedade. Nascemos, portanto, com esta meta: derrubar muros, apresentar à sociedade tudo aquilo que é produzido por nossos estudantes nas instituições de ensino do país, transformar a nossa realidade. Importante ressaltar que nosso foco é o ENSINO MÉDIO. Pretendemos contribuir para a valorização deste segmento, estimular a produção de conhecimento por meio da divulgação das experiências estudantis em projetos de extensão e iniciação científica, atividades realizadas em disciplinas, produções artísticas, etc.

Compreendemos que a educação nada será se não traduzir o fazer coletivo do cotidiano escolar, que deve ser transformador, democrático e libertador. Portanto, desejamos que a Diário de Classe seja um lugar de troca de reflexões e experiências entre estudantes das mais diversas realidades, pois criando espaços como esse podemos ampliar os nossos horizontes. A revista é produzida por estudantes, aberta aos estudantes de todas as redes de ensino e voltada, sobretudo, para eles. Queremos que as suas reflexões circulem, fomentem a troca de visões de mundo e diversidade de experiências. Boa leitura!

ÍNDICE

Entrevista com a professora Marisa Brandão. **Pg.6**

Contribuição da obra Jubiabá para a identidade nacional brasileira: manifestações populares do morro do Capa Negro e a negação da cultura negra. **Pg.19**

Marianna Ferreira Rodrigues

A política de encarceramento em massa nas relações de cor no sistema prisional do Estado do Rio de Janeiro. **Pg.27**

Pablo Alves P. Muniz

A democracia racial e os estereótipos sobre o cabra nordestino no Brasil atual, sob análise e pesquisa do livro “O Nordeste”, de Gilberto Freyre. **Pg.41**

Rodrigo Inchausp Faria

Agressões de Estado: uma breve análise sobre a conjuntura social brasileira e as possíveis bases das atuais investidas no Rio de Janeiro. **Pg.59**

Fernando Coelho de Jesus

Histórico do cinema negro brasileiro e a trajetória de Zózimo Bulbul. **Pg.69**

Raquel Verdán Farias e Lucas Sena Lima Sá

O jornal Micron e a disciplina imposta aos estudantes: análise do jornal estudantil e a influência na vida dos alunos. **Pg.75**

Daniel Coutinho Rocha

CONTO

Aisha. **Pg.79**

Victor Polck

POEMAS

A vida sobre o mar corre depressa. **Pg.82**

Fernando Santos Berçot

Soneto da Boemia. **Pg.83**

Matheus Mota dos Santos Silva

Sou daqui. **Pg.84**

Victória C. Freitas da Silva

Oito e infinitas lágrimas. **Pg.85**

Fernanda Mirella Sena dos Santos Alves

Cambando. Pg.86

Ângela Guimarães Soares

Represa. Pg.87

Gustavo Monção Carneiro Faria

Caixeiro-viajante. Pg.89

Bruno (estudante 2AED/2019)

ENTREVISTA COM A PROFESSORA MARISA BRANDÃO



Marisa Brandão é socióloga formada pela UFF, pós-doutora pela Universidade Autônoma do México (UNAM) e foi a primeira professora de Sociologia do CEFET-RJ. Por essa razão, nossa primeira entrevista é uma homenagem e um registro dessa trajetória que contribuiu para a formação de tantos jovens com suas aulas e uma postura inteiramente comprometida com o direito à educação pública, gratuita e de qualidade. A ela somos gratos por ser uma profissional que desperta admiração e inspira a todos.

1. *Como foi a sua escolha pelo curso de Ciências Sociais? Você teve alguma motivação especial?*

Inicialmente minha escolha não foi muito fácil, sempre gostei muito da área de humanas, mas também de matemática. Na escola pública, devido à ditadura, faltavam professores da área humana, mas tive excelentes professores de matemática. Em casa, convivi desde criança com meu avô, Octavio Brandão, hoje considerado um dos precursores das Ciências Sociais no Brasil - ele foi, sem dúvida, a maior influência na minha escolha. Ensinou-me não apenas a importância da ciência, mas a necessidade de uma ciência aliada à classe trabalhadora.

No Ensino Médio fiz o curso técnico de eletrônica no CEFET-RJ e, ao final, tinha muitas dúvidas entre cursos de engenharia e humanas; acabei me decidindo por experimentar o curso de Ciências Sociais, da UFF; caso não gostasse, tentaria engenharia. Logo nos primeiros semestres fiz um projeto de pesquisa para Iniciação Científica do CNPq, depois fui monitora de Antropologia; desde então, nunca mais me afastei das Ciências Sociais.

2. *Quando começa a sua carreira no magistério? Ser professora foi uma escolha?*

Ser professora - e da Educação Básica - sempre foi uma escolha! Na época da minha graduação (1982-1986), o curso de Licenciatura podia ser realizado junto do curso de Bacharelado, no entanto, fui uma das poucas pessoas que fez essa opção. Se hoje ainda existe muito preconceito em relação ao magistério na Educação Básica, como se essa atuação fosse algo menos importante, naquela época era ainda pior. Vários colegas de curso me perguntavam o porquê de eu estar fazendo Licenciatura! Hoje, com a expansão do ensino de sociologia no Ensino Médio, apesar do preconceito temos, ao mesmo tempo, muitos jovens decididos a serem professores da Educação Básica, compreendendo a importância do trabalho que podem realizar.

Por necessidade, comecei a carreira em uma instituição privada e de ensino superior! Foi minha primeira experiência em sala de aula, não foi fácil, em alguns casos 70 alunos em sala, muitos mais velhos que eu...

Foi uma experiência importante. Depois trabalhei por dois anos na Rede Estadual do Rio de Janeiro, em duas escolas pequenas, com estudantes, alguns adultos, que me incentivavam muito a continuar meu trabalho; eles percebiam a importância da Sociologia em suas vidas. Considero essas duas experiências no magistério como tendo sido uma complementação em minha formação profissional prática.

3. *Poderia nos contar um pouco como foi esse início?*

Ah, a gente vai ficando experiente e passa a ter historinhas para contar.

Meus primeiros dias em sala de aula (em 1989) me reservaram uma surpresa... quando me dei conta, um dos diretores da instituição (um militar reformado) estava na porta assistindo minha aula! Achei muito estranho, pensei que ele não concordaria com o conteúdo que eu apresentava e que eu precisava daquele trabalho... mas fiquei feliz por ter me decidido a, simplesmente, ignorá-lo e continuar minha aula. Ele assistiu uns três dias seguidos e não voltou mais... Esse iníciozinho foi um pouco difícil. A falta de experiência traz insegurança, a gente descobre que nossa formação, por melhor que seja, não dá conta da prática em sala de aula. Acabei escolhendo, naquele momento, um tipo de aula muito semelhante à que havia assistido como estudante da graduação - aulas acentuadamente expositivas; mas sempre havia espaço para a fala dos estudantes.

Ainda me iniciando na profissão, passei no concurso para professora do Estado do Rio de Janeiro - foram dois anos muito ricos em minha formação. Uma experiência foi em uma pequena escola de formação de professores, a maioria das estudantes mulheres e muito jovens; no entanto, havia uma senhora, talvez com uns 50 anos, que me marcou muito. Um dia, em sala de aula, ela me perguntou, surpresa com a própria descoberta: “Quer dizer então que eu faço parte da sociedade?!”. Nunca esqueci esse dia... Ela, como uma excluída do acesso a condições de vida e direitos básicos, descobrira que isso não significava estar fora da sociedade - ao contrário, que essa exclusão era parte da sociedade em que ela vive. Aprendi muito com as e os estudantes nessa escola, principalmente, creio, a saber ser dura, mas sem perder a ternura. Lembro-me que na formatura, dessas que foram minhas primeiras turmas, chorei muito de emoção... tinha o sentimento de que fizera diferença na vida daquelas pessoas.

Minha outra experiência na rede estadual foi em uma escola noturna; os estudantes eram jovens trabalhadores tentando retornar à escola, em alguns casos após um longo tempo ausente. Por serem trabalhadores, tinham bastante maturidade, mas lhes faltava tempo para estudar. Trabalhando de dia e estudando de noite, vivendo essa que é a terrível realidade de grande parte da classe trabalhadora, no Brasil e em outros países - devido à desigualdade econômica característica do capitalismo, e suas consequências -, esses jovens, mesmo assim (ou talvez por isso mesmo!) tinham capacidade de excelentes reflexões com base na Sociologia. A realidade que viviam era a base de suas reflexões, a Sociologia contribuía para que compreendessem essa realidade! A

cada aula me questionavam e se questionavam... Eu me sentia verdadeiro instrumento para a aprendizagem deles! Essa experiência foi extremamente gratificante, aprendi muito com eles!

4. *Qual a importância da Sociologia na Educação Básica?*

Nossa! A Sociologia é de extrema importância na Educação Básica!

Educação Básica não deve significar o mínimo para formar uma mão de obra qualificada (os escravos modernos), mas sim o mínimo necessário para compreender e intervir na realidade - e isso em qualquer área do conhecimento!

A Educação Básica exige, por definição, uma estrutura sólida de conhecimento. Em um país como o Brasil onde, segundo o IBGE (dados de 2019), apenas 27% da população com mais de 25 anos conseguiu concluir a Educação Básica - ou seja, estudar até a conclusão do Ensino Médio - é necessário fortalecer essa fase da educação, não permitindo que seja reduzida à qualificação dos escravos modernos. Digo “é necessário” para aqueles que defendem, de fato, o acesso igualitário à educação básica. E isso nem é exigir tanto assim...

Da mesma forma que é importante ler, escrever, desenvolver o raciocínio matemático, compreender a realidade natural (fenômenos físicos, químicos, biológicos), também é importante compreender a realidade social que nos cerca. Acontece que a realidade, no que se refere aos fenômenos da natureza é, por conseguinte, determinada pelas leis da natureza - daí a importância da Física, Química, Biologia, Geografia. Como olhar para um dia de temporal e compreendê-lo de forma que não seja a partir de uma explicação baseada em mitos?! Como compreender que o planeta Terra não é plano?! Só com o auxílio das Ciências da Natureza! Ora, no que se refere aos fenômenos sociais, a realidade que nos cerca é determinada (construída) pelos seres humanos, em suas relações sociais, uns com os outros. Portanto, como olhar para um fenômeno social e compreendê-lo de forma que não seja a partir de uma explicação baseada em mitos?! Como compreender que não existem povos mais evoluídos que outros? Como compreender que a desigualdade econômica e social não é um fenômeno da natureza? Como compreender que uma pessoa consegue estudar em uma excelente escola pública não por “mérito”? Só com o auxílio das Ciências Humanas (e da Filosofia) - daí a importância da História, da Sociologia e da Filosofia na Educação Básica.

A Ciência nas sociedades modernas ocidentais levou um tempo para compreender a diferença entre os fenômenos da natureza e os fenômenos sociais - daí a enorme importância da Sociologia na Educação Básica, pois, até os dias de hoje, nas sociedades baseadas em relações sociais desiguais, a disputa pelo poder se utiliza do discurso da determinação natural para justificar e legitimar a desigualdade social. É assim que, por exemplo, em pleno século XXI, ainda sobrevive o discurso de que existem povos superiores e povos inferiores -, tendo os primeiros o legítimo direito de dominar os outros (ou de decidir como devem viver em sociedade). Na mesma lógica, ainda sobrevive o

discurso de que, em uma mesma sociedade, alguns são, naturalmente, mais capazes, ou mais fortes, que outros. Por isso, diriam seus defensores, alguns ficam ricos e outros ficam pobres, mulheres devem cuidar da casa e homens devem trabalhar na rua - apenas para citar alguns exemplos. No caso de nossa sociedade, um dos exemplos mais significativos - e perversos - é a realidade vivida pelos dos negros até os dias de hoje. O povo que fez parte da formação da classe trabalhadora no Brasil (em oposição à branca burguesia), apesar de avanços históricos, sofre duplamente - por ser classe trabalhadora e por ser negro. Portanto, é a ciência chamada Sociologia - sem abrir mão da História - que pode desmistificar as explicações sobre a realidade social. E é a disciplina Sociologia, na Educação Básica, que pode levar os jovens (e adultos) à compreensão das especificidades dos fenômenos sociais e, conseqüentemente, à compreensão de que são as relações sociais - no passado e no presente -, e não uma determinação da natureza, que constroem essa realidade. E é com base nesse conhecimento que jovens e adultos poderão ter clareza do significado de suas atitudes - individuais e coletivas - na sociedade.

5. Sabendo que existem movimentos contrários à Sociologia, o quão importante a disciplina se faz no cenário atual de 2020?

Esse é um excelente exemplo do que acabo de falar sobre a importância da Sociologia na Educação Básica - mostra como essa fase da educação escolar tem de, necessariamente, formar as pessoas para compreenderem a realidade social para além da aparência. É a Sociologia - sempre aliada ao conhecimento histórico - que tem esse objetivo.

Inicialmente, devemos nos perguntar o porquê dessa disciplina (e também da Filosofia) causar tantos incômodos. Durante a ditadura empresarial-militar no Brasil, a Sociologia, que então constava há alguns anos formalmente como facultativa, deixou de aparecer na legislação e, ao mesmo tempo, foram criadas, como obrigatórias, as disciplinas Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil (OSPB). Qual o objetivo? Por um lado, dificultar uma visão crítica da realidade social em que vivíamos e, por outro, obrigar todos os estudantes a conhecerem uma determinada moral - aquela que interessava aos dirigentes - como sendo a única moral possível de ser seguida. Nos últimos anos, temos vivido em diversos países e, em especial, no Brasil, um recrudescimento das forças conservadoras e autoritárias. Portanto, também agora não há interesse, por parte dos que governam, no desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo, que contribui para a compreensão das determinações econômicas, políticas e sociais do momento que vivemos. Esse é o contexto dos atuais ataques à Sociologia (e à Filosofia) como disciplina. E é nesse contexto que também assistimos a propostas municipais de retorno da disciplina Educação Moral e Cívica.

Mas por que movimentos como o “escola sem partido” são bons exemplos para explicar a importância da Sociologia como disciplina escolar? Esses movimentos defendem ideias sobre a sociedade sem nenhum embasamento científico, sendo colocadas como uma verdade inquestionável (o que por si só já não é nada científico). A própria expressão que escolheram para representar

o “escola sem partido” é uma falsa afirmação, a de que é possível existir uma educação neutra, ou um conhecimento neutro. Como nos ensina um importante campo da Sociologia, em uma sociedade desigual, como é o caso do Brasil, o conhecimento tem estreita relação com quem o produz. Se são as camadas dominantes que o produzem, será para atender a seus interesses; se são as camadas populares, poderá ser para atender aos interesses da classe trabalhadora. Da mesma forma, o processo educativo não tem como ser neutro - o que se ensina, como se ensina, para quem se ensina, não são decisões desprovidas de interesse. Mas cuidado, não estou falando de interesses particulares, mas sim de interesses coletivos (econômicos, políticos, sociais) que estão presentes também nas atitudes individuais. Portanto, o “movimento escola sem partido”, ao defender a ideia de neutralidade está, de fato, impondo a prevalência de seus próprios interesses, no caso, interesses de uma camada da população que, por um lado, faz parte dos que detêm as maiores riquezas do país e, por outro, promove ou apoia forças conservadoras e autoritárias. Ao mesmo tempo, de forma repressiva, esse movimento impede o desenvolvimento da reflexão com base no conhecimento científico - o que deve ser papel da educação escolar. Daí a expressão com a qual se faz a crítica - “escola com mordaza”.

Por isso o “escola sem partido” é um bom exemplo para explicar a importância da Sociologia como disciplina escolar, porque é uma demonstração concreta da necessidade de sabermos observar a realidade (nesse caso, a realidade social) para além da superfície, da aparência, chegando a suas determinações (econômicas, políticas, sociais) - só assim se consegue saber o que é esse movimento, quais seus objetivos reais (e não declarados) e o que é necessário para barrá-lo. O que nos ensina a ir além da aparência é o conhecimento - nesse caso, o conhecimento sociológico.

6. *Como é ser professora de Sociologia no CEFET-RJ?*

Desafiador! E eu sempre adorei desafios!

Mas já foi mais difícil, quando o CEFET-RJ tinha exclusivamente cursos de engenharia e cursos técnicos vinculados a essa área, e a legislação - ainda seguindo o que foi determinado pela ditadura empresarial-militar - não previa nem no antigo 2º Grau (hoje Ensino Médio) nem nos Cursos Técnicos (que já eram equivalentes ao 2º Grau) as disciplinas de Sociologia e Filosofia. Também nessa época, outras disciplinas, não diretamente vinculadas às engenharias existentes na Instituição, como por exemplo a biologia, tinham pouco espaço nos cursos técnicos. Era assim quando passei no que deve ter sido o primeiro ou segundo concurso público para professores do CEFET-RJ, em 1992, tendo sido chamada para assumir em 1993. Para se ter uma ideia, meu concurso foi para professora da disciplina Organização Social e Política do Brasil (OSPB) e, ao assumir, descobri que deveria dar aula também de Moral e Cívica! Sim, Moral e Cívica!! Sinto-me velha só de me referir a essa disciplina... Essa foi minha “formação humana” no 1º ano do curso técnico de eletrônica no CEFET-RJ, em 1979. Imaginem o que era o programa e objetivo dessas disciplinas criadas durante a ditadura! Quem me conhece, meus ex-alunos, podem imaginar o

horror que seria para mim se tivesse de dar aula de Moral e Cívica! OSPB eu teria alguma margem para não atender aos objetivos impostos, mas Moral e Cívica... Foi então que decidi ser desobediente e anunciei para os estudantes que as aulas seriam de Sociologia! Não vou contar aqui toda a história da Sociologia no CEFET-RJ, mas naquele contexto, com predominância das engenharias, da matemática e da física, com poucos professores da área humana, não era nada tranquilo você ter de, cotidianamente, explicar - muito mais a seus colegas de trabalho - a importância da Sociologia na formação de qualquer ser humano. Mas, ao mesmo tempo, existia um grupo de professores, de diversas disciplinas, que se reunia regularmente para discutir as políticas públicas de educação e as possibilidades de transformação daquela realidade.

Dando um salto na história, a partir de 2008, a obrigatoriedade da Sociologia e da Filosofia nos três anos do Ensino Médio fez com que passássemos a ter vários professores dessas disciplinas - o que, para mim, significou ter colegas e companheiros de trabalho com os quais passei a poder dividir a responsabilidade de ser professora de Sociologia (até então eu era a única). Além disso, a abertura de novos cursos, tanto no ensino superior quanto no ensino médio/técnico, e necessária entrada de professores de outras áreas que não as engenharias, contribuiu para melhorar um pouco a valorização da formação humana no CEFET-RJ e, nesse contexto, a valorização da própria Sociologia. Sem dúvida alguma, tudo isso aconteceu não de forma isolada do que ocorria para além dos muros da Instituição. Hoje, estamos tendo um retrocesso nesse sentido, no Brasil e, ainda mais, no CEFET-RJ (antes mesmo da intervenção que sofremos em 2019).

Em uma instituição onde as áreas das engenharias predominaram por muito tempo também nos cursos técnicos, a maioria dos estudantes não se identificava com a área humana; mas isso nunca impediu um trabalho didático voltado para a compreensão e reflexão sobre a sociedade em que vivem. De um modo geral, as pessoas mais jovens estão mais dispostas a refletir “fora da caixinha”, a questionar as verdades que trazem - desde que o novo não seja imposto, mas sim seja uma construção didática, com base em conhecimento científico. Uma sensação maravilhosa que sinto como professora é quando uma/um estudante, com os olhos brilhando, faz reflexões, afirmações e exclamações que demonstram a compreensão do conteúdo! E fazem isso com uma satisfação que é linda de se ver! Não estou dizendo que é fácil ser professora de Sociologia (ainda mais em cursos das áreas das engenharias), mas estou dizendo que é maravilhoso ver esse despertar (ainda mais em possíveis futuras engenheiras e engenheiros). Com o tempo, vamos acumulando “causos” para contar... Como todo mundo, tenho muitos, mas vou contar só um. Certa vez, em uma avaliação das aulas de Sociologia, no fim de ano, uma estudante me disse “a Sociologia fez com que eu compreendesse a História” - acho que ela não imaginou o quanto me marcaria com sua fala.

Aproveito aqui para fazer uma homenagem especial às estudantes e aos estudantes do Ensino Médio e Técnico do CEFERT-RJ - é muito, muito gratificante dar aula para elas e eles! Serei eternamente grata por esse convívio e aprendizagem!

7. *Como socióloga e professora você observou alguma mudança importante na instituição ao longo dos últimos anos?*

Sim, muitas mudanças, mas vou destacar duas - a decisão, por parte de alguns, de que a Instituição deve ser majoritariamente voltada para o Ensino Superior, e a institucionalização das cotas para ingresso dos estudantes.

Ainda no início do primeiro governo Lula, talvez 2004, iniciou-se uma movimentação dos CEFET mais antigos (Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná) no sentido de se transformarem em Universidade. Inicialmente, o projeto foi aceito pelo governo federal e a primeira instituição que logrou essa transformação, em 2005, foi a hoje Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). No entanto, por diversas razões (econômicas, políticas e sociais), o governo federal mudou seu projeto educacional para as instituições federais de educação profissional e, em 2008, aprovou a lei de criação dos Institutos Federais (IF). Como o CEFET de Minas e do Rio não aceitaram a transformação em IF, e também não tiveram sucesso na transformação em Universidade, foram mantidos como tal. Desde então as sucessivas gestões do CEFET-RJ se esforçaram na tentativa de transformação em Universidade. Importante observar que nessas gestões, ao longo de 16 anos, tivemos apenas dois Diretores (Miguel Badenes, por 8 anos e Carlos Henrique Figueiredo, por 8 anos), sendo que o segundo, antes de ser Diretor, foi Vice de Badenes por 4 anos.

É necessário esse histórico para as pessoas compreenderem a enorme transformação pela qual o CEFET-RJ passou nos últimos anos - de uma instituição que tinha como foco principal a Educação Básica, para uma instituição que passa a ter como foco principal o Ensino Superior (que inclui a pós-graduação). Apesar de não ter logrado a transformação formal em Universidade, a última gestão decidiu realizá-la na prática, incentivando a criação de cursos de graduação e pós-graduação nos diversos campi que foram sendo criados e também na Unidade Maracanã, a fim de que se lograsse obter as características exigidas por lei para as Universidades. O CEFET-RJ cresceu, mas em termos proporcionais o ensino médio-técnico diminuiu, e muito. No início dessa transformação, a Educação Básica representava em torno de 80% da Instituição; em 2019, segundo dados sistematizados por Rômulo Castro a partir dos relatórios de gestão, representava em torno de 31%. A meu ver, isso significa uma enorme perda para a Educação Básica Pública de Qualidade, pois somos uma instituição que, por ser federal, (ainda!) possui mais recursos para suas instalações, bibliotecas, laboratórios, materiais, equipamentos e, não menos importante, para a qualificação e para os salários de seus trabalhadores administrativos, especialistas em educação e docentes.

Vivemos em uma sociedade capitalista; por definição, desigual. Isso significa que o Estado não garante Educação Pública de Qualidade para todos, só para alguns. Já há algumas décadas, para que a expansão capitalista se realize, o capital vem ocupando novos espaços, um deles é o da Educação. Privatizar a educação (e os recursos educacionais) - transformá-la em mercadoria, permitindo assim a obtenção de lucro, tem sido o objetivo. Um dos caminhos para alcançá-lo é o da destruição das escolas públicas (e Universidades) que possuem alto índice na formação de profissionais mais

qualificados e, potencialmente, mais críticos em relação à sociedade onde vivem. Assim, passa-se ao falso argumento de que a educação pública não é boa e necessitaríamos, como solução, de mais escolas privadas e mais intervenção privada nas escolas públicas (por exemplo, por meio de programas privados dentro da escola pública, como é o caso de programas do Banco Itaú, dentre outros).

Se pensarmos a transformação que o CEFET-RJ realizou em sua estrutura nos últimos anos levando em conta esse contexto, poderemos observar a enorme perda política que isso significou. Poucas instituições de educação no Brasil, quase todas federais, têm a possibilidade de demonstrar, na prática concreta cotidiana, que a Educação Básica Pública pode ser de qualidade, basta para isso que possua recursos adequados. Essa característica específica do CEFET-RJ - Educação Básica de Qualidade - é que deveria ser privilegiada em sua expansão institucional.

A expansão do Ensino Superior, com graduações e pós-graduações, é uma luta que devemos apoiar, sempre, mas é o papel histórico e político das Universidades Públicas; enquanto o papel histórico e político de instituições como o CEFET-RJ é o de lutar pela Educação Básica Pública de Qualidade. É o que penso.

Desde o início das cotas raciais, e mesmo com as cotas sociais, me posicionei criticamente em relação a elas. Minha crítica foi no sentido de que esse tipo de política tem de ser emergencial, ao mesmo tempo sendo criada uma política de expansão massiva da Educação Pública de Qualidade. Somente assim é possível promover o acesso de todos a essa Educação; do contrário, estamos falando em políticas que visam tão somente a amenização de conflitos sociais, com o objetivo de diminuir as pressões populares por transformações estruturais. E é isso que tem acontecido no Brasil, apesar da expansão da chamada Rede Federal de Educação Profissional nos anos dos governos do PT, a estrutura de acesso à educação pouco mudou - em 2019, apenas em torno de 27% da população com 25 anos ou mais (idade que daria para ter concluído uma graduação) tinha concluído o Ensino Médio. E sabemos que os negros são os que têm menos acesso...

Apesar dessas críticas às cotas, compreendendo que faz toda diferença, individualmente, para os estudantes, pois ingressam nas instituições públicas que têm recursos para realizar uma educação de qualidade - mas não podemos esquecer que são poucos, comparado aos que têm esse direito (toda população em idade escolar)!

Já em relação às instituições, tenho de reconhecer, foi um avanço maravilhoso! O que vimos no CEFET-RJ, onde o ambiente já era razoavelmente diverso, foi o crescimento de uma enorme riqueza baseada na diversidade das origens econômicas e sociais dos estudantes, graças ao ingresso de cotistas negros e jovens oriundos da escola pública. Essa diversidade transformou o ambiente e, tenho certeza, fez com que cada um dos estudantes, cotistas e não cotistas, se transformasse também.

Mas também temos tido dificuldades. Uma delas é a não compreensão de que cabe à Instituição - e, portanto, aos professores - realizarem um trabalho diferente do que vinha sendo feito até então. Muitos dos estudantes cotistas chegam com grandes dificuldades em relação ao conhecimento que o CEFET-RJ exige; não porque sejam menos capazes, mas porque suas escolas de origem não os prepararam para isso - o que demonstra a permanência da desigualdade no acesso à educação. No entanto, não podemos aceitar que recaia sobre esses estudantes a perversidade da desigualdade, dando-lhes um falso acesso à Educação Pública de Qualidade, permitindo que sejam reprovados e jubilados. Temos, sim, a obrigação de aprender com eles, transformando nosso fazer pedagógico, garantindo a permanência deles na instituição e demonstrando, uma vez mais, que nosso papel político é provar que a Educação Pública de Qualidade é possível - basta ter os recursos apropriados!

8. *Num exercício de imaginação, como você gostaria de ver o CEFET-RJ daqui a dez anos?*

Diante de tudo que eu disse até aqui, acho que não é muito difícil imaginar como eu gostaria de ver o CEFET-RJ daqui a 10 anos. Mas vou começar contando uma parte da minha história nessa instituição, que tem relação com uma perspectiva educacional sobre a qual ainda não falei explicitamente.

Em 1993, mesmo ano que ingressei na Instituição como professora, organizei com Sinclair (um servidor administrativo de então), e com a colaboração de outras pessoas, uma exposição sobre a história do CEFET-RJ, desde sua origem, no início do século passado. Parte dessa exposição, as fotos que foram por mim pesquisadas na Biblioteca Nacional, no Arquivo Nacional e no Arquivo do CEFET-RJ, estavam, até antes da pandemia do Corona Vírus, expostas (e meio abandonadas) no hall de entrada da Avenida Maracanã. Os estudos que fiz para organizar a exposição me levaram ao projeto que desenvolvi no mestrado em Educação da Universidade Federal Fluminense. Foi aí que comecei a estudar e pesquisar a formação profissional no Brasil, a história dos CEFET e as possibilidades da Educação Politécnica - no sentido da concepção marxista de educação (em oposição às concepções burguesas) que, de forma bem simplificada, eu posso dizer que tem como objetivo formar os trabalhadores muito além do que é necessário para se qualificar profissionalmente, levando-os a uma compreensão profunda da realidade e de suas possibilidades de transformação. (Quem se interessar pelo assunto, sugiro que comece pelo verbete “Educação Politécnica”, do Dicionário da Educação Profissional em Saúde, da Escola Politécnica Joaquim Venâncio (da Fiocruz). Tem na internet.)

Então, há quase 30 anos, junto com outros professores, imaginei e passei a atuar por um CEFET mais ou menos assim...

Uma instituição politécnica voltada principalmente para a educação básica, onde existe pesquisa e extensão, programas de iniciação científica e monitoria para os estudantes. Onde a integração entre as diferentes áreas de saber - necessária para uma educação politécnica - acontece cotidianamente,

atravessando o trabalho de todos os professores e os estudos de todos os alunos; onde o conhecimento técnico e o conhecimento básico se complementam. Onde não faltam recursos para as atividades físicas, culturais, de artes, pedagógicas, científicas - sem separar a teoria e a prática; o trabalho intelectual e o trabalho manual.

É um CEFET-RJ com gestão democrática de fato - e não apenas de direito -; sem decisões de gabinete, que nada mais são do que troca de favores (e garantia de votos), e sim com decisões públicas, transparentes, por meio de processos de discussão coletiva e construção de editais públicos. Um CEFET-RJ com Conselhos totalmente formados por representantes eleitos; onde as chefias do DEPEs e do DEMET também sejam eleitas por seus pares (aliás, como era antes da última gestão).

Imagino a Instituição tendo estrutura que valorize as professoras e os professores, em vez de culpabilizá-los; que valorize todas e todos os servidores, em vez de culpabilizá-los; tendo publicidade na distribuição de vagas, garantindo condições de trabalho e de qualificação adequadas e igualmente distribuídas entre os diferentes setores educacionais. Incentivando o trabalho em equipe, e não a competição. Não prezando o produtivismo, mas sim a produção; não prezando o burocratismo, mas sim as regras coletiva e publicamente estabelecidas.

Essa Instituição, como pública que é, tem o foco realmente no estudante - sua realidade, suas necessidades, seu desenvolvimento intelectual com compromisso com o que é público e necessário para a sociedade. Essa Instituição, como pública que é, recebe jovens e adultos, de diferentes condições econômicas e sociais, abrindo suas portas diuturnamente para que a classe trabalhadora tenha acesso a uma Educação Pública, Gratuita e de Qualidade.

Falando tudo isso, parece até algo impossível! Mas se pensarmos bem, não é nada demais. Basicamente precisamos de recursos e processos democráticos.

Infelizmente, olhando para a realidade concreta de hoje, e como ela foi construída nos últimos anos, me parece bem difícil reverter o atual quadro em 10 anos - em parte pela realidade nacional, em parte pela realidade local. Mas não é impossível! Depende de nós, de nossa atuação, tanto na própria instituição quanto para além dos muros.

CONTRIBUIÇÃO DA OBRA *JUBIABÁ* PARA A IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA: MANIFESTAÇÕES POPULARES DO MORRO DO CAPA NEGRO E A NEGAÇÃO DA CULTURA NEGRA

Marianna Ferreira Rodrigues

RESUMO

O presente artigo visa analisar na obra realista *Jubiabá*, de Jorge Amado, traços essenciais para construção da identidade nacional pós-abolição, enfatizando manifestações populares do povo negro, mais especificamente no Morro do Capa Negro, cenário inicial do livro. Aborda, também, a negação da cultura negra como parte da identidade brasileira e o apelo à importação de costumes. Para isso, serão apresentados exemplos práticos da obra literária e a correlação destas situações ao contexto histórico para que seja enxergado o contraste entre o que a elite da época quer que seja a identidade nacional e a cultura que está sendo cultivada no alto dos morros da Bahia no século XX.

Palavras-chave: *Jubiabá*; Jorge Amado; Representação do Negro; Morro do Capa Negro; Tensões Interculturais

INTRODUÇÃO

O estudo da literatura é de extrema importância como ferramenta para a percepção da realidade de um povo em determinado contexto temporal. Neste artigo, a base literária para o estudo da identidade nacional é um romance realista de Jorge Amado, que trata repertórios culturais recorrentes na cidade de Salvador. Considerando a cultura um objeto de estudo dinâmico, justamente por seguir tendências de uma certa nação, pode-se enxergá-la viva e presente em manifestações populares. A obra *Jubiabá* retrata este repertório de perto, com o cotidiano de pessoas de classes populares, especialmente de Antônio Balduino, personagem principal. O cenário pós-abolição não propicia, e nem pretende, visibilidade às crenças e valores presentes na cultura negra, por isso sua segregação da totalidade cultural do Brasil. Durante o discurso literário é possível encontrar traços significantes do contraste entre a cultura cultivada no morro e na cidade.

1. AS MANIFESTAÇÕES DO MORRO DO CAPA NEGRO E A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO PÓS ABOLIÇÃO

Entre a realidade concreta do cotidiano e a criada pelo ficcionista existem relações variáveis: existem textos que procuram representar a realidade concreta; são estes os textos realistas, como no caso da obra amadiana. O período pós-abolição na Bahia, assim como em todo Brasil, não propiciou nenhum tipo de inclusão social e integração da população negra na sociedade e muito menos no sistema educacional formal. Inexistiu após a escravidão políticas de massa voltadas patentemente para garantir aos ex-escravos o acesso à escola, logo o acesso ao trabalho formal. A representação do negro, no livro, situa-se nesse contexto: o escasso mercado de trabalho para a esta população. Há a ideia de que os negros no Brasil, passam por um processo de “inclusão excludente”. Pois a partir do momento em que são trazidos para o Brasil sua socialização e educação se dão no território do colonizador, mas como desigual, como subordinado (MENEZES, 2007).

A “função” negro, no início do século XX, se restringia, na fazenda ou na cidade, ao aprendizado e execução do trabalho. Não era proibido formalmente o acesso de negros livres à escola, mas também não existia um direito à educação como para o conjunto da população. Aos libertos ou livres descendentes de escravos que tivessem como prover sua subsistência, era possível a matrícula na escola pública, entretanto não era uma garantia. Junto a isso, tem início um período de alastramento da pobreza, diminuindo a qualidade de vida das classes populares em geral, mas de forma mais direta dos ex-escravos. Neste momento de reorganização total da vida dos negros a principal luta era pela sobrevivência, não só cultural como também física.

No livro de Jorge Amado, as aulas formais eram substituídas por um outro tipo de aprendizado: os contos e histórias de Zé Camarão, que teve sua imagem pela cidade estruturada como o “malandro desordeiro que vivia sem trabalhar”. Contava histórias, tocava violão e ensinava capoeira aos meninos do morro. No trecho a seguir podemos notar o escasso acesso à educação formal e os aprendizados de Antônio Balduino no morro: “Antônio Balduino ouvia e

aprendia. Aquela era a sua aula proveitosa. Única escola que ele e as outras crianças do morro possuíam. Assim se educavam e escolhiam carreira (...). E carreiras que não exigiam muita lição: malandragem, desordeiro, ladrão. Havia também outra carreira: a escravidão das fábricas, do campo, dos ofícios proletários” (AMADO, 1966, p.23).

Pode-se observar no texto como o trabalho em fábricas, no campo e ofícios era visto como uma extensão da escravidão. Nessa época, o movimento dos trabalhadores, como conjunto, era fraco e tinha poucas conquistas em decorrência da insignificância numérica da mão-de-obra fabril. Sabia-se da rigidez e do tratamento humilhante a que submetiam os empregados. Por isso a luta passa a ir além da sobrevivência, mas também pela liberdade.

– Quando você crescer o que é que vai ser? Ele respondeu prontamente: – Jagunço...
 Não sabia de carreira mais bela e mais nobre, carreira que requeresse mais virtudes, saber atirar e ter coragem.
 – Você precisa é de ir para a escola – diziam.
 Ele perguntava a si mesmo para quê. Nunca ouvira dizer que jagunço soubesse ler. Sabiam ler os doutores e os doutores eram uns sujeitos moles. (JORGE AMADO, 1966, Jubiabá p.214)

É importante notar que a representação de Baldo como negro não muda tanto quando vai morar com o conselheiro Pereira após a morte da Tia Luísa. Ele foi levado por Augusta das Rendas, também moradora do Capa Negro. Amélia, que trabalhava na casa do comendador, tinha acessos de ciúmes e raiva quando via o menino sendo minimamente bem tratado, não entendia por que tratavam-no bem e o colocaram para estudar numa escola pública. Entretanto, logo foi expulso como “incorrigível” e Amélia alegou que “Negro é uma raça eu só serve para escravo. Negro não nasceu para saber” (JORGE AMADO, 1966, Jubiabá p.43). Logo após o acusou de fazer “molecagem” e espiar Lindinalva, filha do conselheiro, no banho. Ela repetia sempre que “Negro é raça ruim. Negro não é gente...” para acusar o menino.

Na fala de Amélia, a cozinheira, temos um discurso repleto de estereótipos acerca da negritude. A partir de um ponto de vista generalizante, ao descaracterizar sequer uma atribuição positiva do negro. Mesmo a atitude paternalista do comendador não está isenta de heranças culturais da sociedade

escravocrata, na qual o negro era sinônimo de mão-de-obra. (SILVA, 2011). O termo negro em si é carregado de conceitos e lembranças na construção da identidade de alguém. Assim como quando foi morar na rua e aprendeu o mais orgânico da liberdade e solidariedade, tendo assim uma de suas primeiras influências socialistas.

Primeiro estiveram na delegacia, onde não lhes disseram nada. Depois foram levados para um corredor soturno. Penetrava um raio de sol por uma fresta. Eles ouviram a voz dos presos que cantavam. Vieram soldados e traziam chibatadas de borracha. E eles foram espancados sem saber por que, pois nada lhes disseram. Ganharam assim a sua primeira tatuagem. (AMADO, 1966, p.64)

Na citação anterior, podemos traçar inclusive um paralelo com a atualidade. Os resquícios do passado escravocrata se traduzem em preconceito, que faz negros e pobres apanharem e serem condenados injustamente apenas pelo fato de serem negros e pobres. O espaço da cadeia, na trama, é minimamente descrito, talvez até como forma de descrever a escuridão dos oito dias em que os moleques da rua passaram encarcerados. Quando volta ao Morro do Capa Negro, aprimora-se na capoeira e no violão, tornando-se a própria descrição dos homens do morro em que morava quando era criança.

Dentro das manifestações culturais no Morro do Capa Negro, encontra-se a religião, especificamente o candomblé, que na obra é apresentado com enfoque no personagem Jubiabá, pai-de-santo que dá título ao livro, e que ao longo da história será uma das referências morais de Antônio Balduino. A religiosidade é primordial na construção da identidade do protagonista. Jorge Amado apresenta uma literatura revolucionária, que dá voz a cultura negra, sua estética ganha o contorno de apresentar o povo, as minorias, o negro como personagens de resistência através de sua cultura, religião, manifestações, suas próprias vidas de luta, resistência e vitórias. (ROSSI, 2004).

Jubiabá em todos os seus aspectos: o mágico, curandeiro e rezador que repele espíritos malignos e alivia as mais diversas dores da gente do bairro, inspirando medo e respeito às crianças uma vez que estas têm dúvidas sobre sua natureza boa ou má (...) Mas Jubiabá é também o contador de histórias, o velho patriarca, o sábio e protetor dos moradores que todos os adultos respeitam e

escutam, apreciando seus conselhos e conceitos. Ele é o ancião cuja idade ninguém conhece, que sempre esteve ali e se lembra do passado distante da escravidão. Ele é centenário desde que Balduino é criança e quando este se torna adulto o preto-velho continua desempenhando seu eterno papel de sábio, mago e conselheiro da comunidade negra, (...) por fim, é aquele que consola e protege Balduino ao longo de sua infância de órfão, desde que sua tia, Luísa, louca, acabou o abandonando. (DARVET, 2014, p. 175)

A estética de Jorge Amado é realista quando se trata de religião. Não ocorrem distorções para tratar o candomblé de forma pejorativa, e nem o fantasia e mistifica demais. O escritor retrata e descreve a vivência do que é o candomblé. “Jorge Amado descreve em pormenores vibrantes cenas de rituais de candomblé, inclusive com trechos de cantos em iorubá, uma das línguas africanas usadas nos ritos” (PRANDI, 2009). No capítulo denominado “Macumba” (p. 74 a 83), o autor descreve o culto e a participação de diferentes pessoas incluindo diferentes classes sociais. O sincretismo fazia parte da festa como forma de defesa contra a opressão sofrida pela polícia e manter seu culto vivo. Esta era uma estratégia contra a perseguição sofrida por africanos e afrodescendentes para conseguirem manter seus cultos e ritos intactos, uma tática vinda desde o período colonial. A perseguição policial é descrita claramente no trecho a seguir:

Isso de levar brancos, e principalmente desconhecidos para as macumbas, não dava certo. Podia ser um polícia que ia só pra prender todo mundo. Uma vez tinham metido Jubiabá na chave, o pai-de-santo passara a noite lá e tinham levado Exu. Foi preciso que Zé Camarão, que era finório como ele só, fosse buscar o Orixá lá na sala do delegado, nas barbas do soldado. (AMADO, 1966, p. 102)

Uma outra questão que levava importância eram os feitiços em si: a ideia de quem faz más ações têm de pagar por elas. O pai-de-santo atua como um agente mediador entre o mundano e o divino e como solucionador de problemas terrenos, até mesmo de saúde, como o problema de cabeça de Dona Luísa, que era citado no início do livro. A questão do feitiço serve para aproximar os objetivos do idealizador deste, tendo como pressuposto inferir sobre a mente, a alma e o físico da outra pessoa. A seguir, poder-se-á analisar a tensão entre

a religiosidade negra e a religiosidade branca, tendo como objeto de estudo de um choque cultural, englobando as tensões tanto sociais quanto religiosas.

2. CHOQUE CULTURAL: O MORRO E A CIDADE

Inicialmente, é necessário enxergarmos a ambiguidade cultural presente na Bahia retratada no livro. Talvez, essa ambiguidade possa ser entendida como o reflexo da ambiguidade da visão de mundo do autor: a religiosidade do negro e o materialismo do branco. Essas categorias podem parecer demasiadamente esquemáticas e dicotômicas, mas estamos seguindo as associações feitas ao longo de todo o romance, inclusive o vocabulário empregado pelo próprio autor através de seus personagens. (DARVET 2014). A interculturalidade étnico-religiosa no Brasil, e especialmente na cidade de Salvador gera tensões entre as elites brancas e pessoas de pele negra. Estas aumentam no período em que, após a abolição os negros exercem sua liberdade de forma cada vez mais evidente. Uma liberdade que se expressa especialmente pela festa (através da música e da dança) e os cultos, ainda sujeitos a regras e punições pelas autoridades locais, mas também pela opinião pública.

A disparidade social entre o morro e a cidade é um fator que se coloca ao lado da questão racial, principalmente quando Antônio Balduino vai para a casa do comendador. O espanto do menino ao enxergar uma casa grande, com quartos e cômodos bem separados é visível durante a narrativa, justamente por ter sido algo nunca visto antes por Baldo. A oposição morro/cidade e o fascínio do menino sobre a cidade não estão desprovidos de valor simbólico: o alto e o baixo e de um jogo de imagens entre exclusão e inclusão, que é reiterado durante a história. O choque cultural entre espaços distintos traz uma nova concepção de vida para Balduino, o morro com suas casas pequenas representa um espaço de pobreza, entretanto de liberdade. Enquanto na casa do comendador ele conhece a rivalidade da vida burguesa, regida pela opressão e um conjunto de regras sociais que cerceiam seu comportamento.

A atitude de adoção do comendador, apesar de ser considerada uma gentileza aos olhos da comunidade, não está livre das marcas culturais da

sociedade escravocrata, onde o negro é sinônimo de força de trabalho. Podemos inferir a culpa que é posta em Baldo pelo assédio da menina Lindinalva, filha do comendador, e foge. Durante o momento que mora na rua há outro choque. O texto traz à tona lembranças em o personagem recorda-se do que viveu, inclusive de Lindinalva. Na rua, a vida era pedir esmola e de vez em quando praticar pequenos furtos, mesmo quando não era um consenso do grupo.

Esmola pra sete ceguinhos...

Nenhuma resistia. Os moleques iam se aproximando cada vez mais, e perto do rosto elegante e pintado das mulheres ficava o rosto sujo e feio dos meninos. E era horroroso quando todos abriam a boca para o coro. O Gordo parecia um professor e não parava a cantilena. As bolsas se abriam e as esmolas caíam na mão que o Gordo retirava do peito. (AMADO, 1934)

A questão da desigualdade social esbarra na questão racial quando por vezes na narrativa é mostrado que diversas vezes meninos do grupo de pele clara tiveram oportunidade de morar na casa de pessoas abastadas, enquanto o tratamento de Baldo era diferente. Por um lado, a construção da imagem de um Brasil baiano, exportada para o exterior, resulta em um fascínio, onde exotismo e alegria misturam-se com a dura realidade das desigualdades sociais denunciadas. Por outro, causa uma certa rejeição por parte de quem vê a imagem do Brasil selada à Bahia e sua gente de pele negra. (DARVET, 2014)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É essencial notarmos a importância da literatura para o entendimento de uma época, assim como jornais e documentos oficiais. Essas obras são nada mais que reflexos de sua época. Nela podemos visualizar a situação do povo negro pós-abolição, a luta pela liberdade e preconceito enfrentado diariamente. A palavra-chave da história de Baldo deveria ser “liberdade”. Pois quando não estava livre, arrumava um jeito de estar. É permeando sua história e adentrando suas personalidades que podemos ter noção da totalidade da população que foi escravizada e da importância do reconhecimento da ancestralidade. A literatura reafirma, escorada no imaginário, o que é visto nos livros de história. Observamos que o fim da escravidão não acabou com os

escravizados. A sociedade em si tem o poder de incluir e excluir de acordo com suas demandas, e entre esta movimentação estão as tensões entre a cultura dominante e a cultura marginalizada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, Leonardo Dellacqua De. *O candomblé na obra "jubiabá" de Jorge Amado: o cotidiano dos adeptos e as estratégias e perseguições sofridas no início da década de 1930*. Acta, Assis, v. 1, 2011

DARVET, Florence. *Religiosidade e negritude em jubiabá: tensões interculturais*. Unb, Brasília, 2014

GODOY, Clarissa De Souza O.. *As imagens do negro pós abolição: um silêncio como questão histórica. Saberes e práticas científicas*, Bahia, 2014

MENEZES, Jaci Maria Ferraz De; FILHO, Juvino Alves Dos Santos. *O pós abolição na bahia: memória à construção da vida livre*. Scielo books, Bahia

OLDSTEIN, Ilana Seltzer. *O Brasil best seller de Jorge Amado: literatura e identidade nacional*. Edição, SENAC São Paulo, 2003

PRANDI, Reginaldo. *Religião e sincretismo em Jorge Amado*. In: SCHWARCZ, L.M

ROSSI, L.G.F. *As cores da revolução: A literatura de Jorge Amado nos anos 30*. 2004. 166 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2004

SILVA, Maria De Fátima Cruz Da. *Literatura e imagem: a representação do negro em Jubiabá de Jorge Amado*. UEPB, Guarabira, 2011

SODRÉ, Muniz. *O Terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988

SOUSA, Eliel Alves De. *Jubiabá: a contribuição da obra literária de Jorge Amado para a construção da identidade negra brasileira*. Recife, Já

SOUZA, Aracy Maria Nunes De. *Uma leitura do candomblé como discurso social*. Anais do XXIX Simpósio de História Nacional, 2017.

A POLÍTICA DE ENCARCERAMENTO EM MASSA NAS RELAÇÕES DE COR NO SISTEMA PRISIONAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Pablo Alves P. Muniz

INTRODUÇÃO

A história do cárcere no Brasil remonta o período colonial, no qual a escravização de povos nativos e africanos foi fundamental para dar continuidade à exploração dos recursos naturais do território bem como o desenvolvimento da colônia. Tratar do cárcere requer uma reflexão a respeito dos tipos de aprisionamento que podem ser feitos ao indivíduo. Ao falar dos aprisionamentos do indivíduo, de suas movimentações e de seu ir e vir, pode-se subdividir os aprisionamentos em ocasião do espaço e do corpo.

Pensar no cárcere colonial suscita a figura da senzala, enquanto local de confinamento desses povos escravizados no sistema de *plantation*. Ainda que a senzala não fosse uma construção voltada para a contenção ou privação da liberdade dos escravizados, o fato dela estar inserida nesse contexto de escravidão permite essa análise. O termo 'senzala', por exemplo, tem origem do termo quimbundo *sanzala*, que significa literalmente morada, habitação. Nesse espaço, ficavam os escravizados nos poucos períodos em que não trabalhavam, separando-se os homens das mulheres. Por outro lado, outras estruturas foram utilizadas para o aprisionamento do corpo individual. Durante o regime de escravatura, ferramentas, como o pelourinho - haste de madeira utilizada para prender e açoitar escravizados -, as algemas e troncos, eram utilizadas a fim de limitar a movimentação de mãos e pés dos cativos. É importante destacar que antes da senzala, a escravização de nativos também demandou a utilização dessas peças e outras similares para a contenção individual. Desse modo, grilhões e troncos compuseram uma forma primária de aprisionamento que antecedeu a elaboração do espaço de confinamento, assumindo um caráter temporário.

Ao longo da história brasileira, mudanças drásticas nas formas de aprisionamento só foram executadas a partir das reformas penitenciárias do

século XIX. Com elas, abriu-se espaço para as casas de prisão e detenção, já afirmando seus propósitos penais de punir e conter a ação de infratores. As punições físicas e a tortura foram excluídas - em teoria - da vida do preso, deixando as algemas (naquela época, grilhões) como ferramentas de contenção do infrator.

Às portas da abolição da escravatura, no entanto, nada se fez politicamente para resguardar socioeconomicamente essa população que estava sendo liberta. Dessa forma, a relação senhor-escravo se manteve ainda que não oficialmente, porque não havia para onde esse ex-escravo ir. Para o cenário urbano que se desenvolvia no final do século XIX e início do XX do Rio de Janeiro, isso representou uma aglomeração de moradias populares no centro da cidade. Com as reformas de Pereira Passos e a continuidade dos projetos de modernização da cidade por outros gestores, iniciou-se o processo de favelização do Rio: um êxodo em massa de pessoas de baixa renda, majoritariamente negras e descendentes de ex-escravos, de suas habitações no centro em direção aos morros e a lugares mais distantes, como a Zona Oeste e a Baixada Fluminense.

Atualmente, ainda faltam medidas políticas para reparar historicamente negros pela escravidão. O presente artigo, portanto, vai analisar os dados de presos no estado do Rio de Janeiro sob a ótica da política de encarceramento em massa segundo Loic Wacquant a fim de confirmar a presença de um Estado Punitivo que discrimina negros. Além disso, será traçado um paralelo com dados estaduais de raça, cor e gênero a fim de averiguar que aspectos sociais perpetuam a memória colonial e imperial do país. Todos os dados analisados terão como referência o ano de 2016.

1. O ENCARCERAMENTO EM MASSA

O que se denomina por encarceramento em massa resulta de um conjunto de políticas e ações do governo a fim de reforçar e desenvolver seus mecanismos penais. Segundo Wacquant (MIRAGLIA; MELLO FILHO, 2008), a política de encarceramento em massa, estudada por ele no contexto histórico,

geográfico e social dos Estados Unidos ao longo das últimas décadas, faz parte de uma lógica governamental de administração da pobreza. Nela, a figura do gueto é essencial para analisar a segregação socioespacial de pobres e negros dentro da sociedade estadunidense. Nesse contexto, Wacquant afirma que o sistema prisional vai

compensar e complementar a falência do gueto como mecanismo de confinamento de uma população considerada divergente, desonesta e perigosa, bem como supérflua no plano econômico (imigrantes mexicanos e asiáticos são trabalhadores mais dóceis) e no plano político (negros pobres raramente votam e, de qualquer forma, o centro gravitacional eleitoral mudou das regiões centrais urbanas decadentes para os prósperos subúrbios brancos). (MIRAGLIA; MELLO FILHO, 2008 apud WACQUANT, 2009)

Essa compensação da falência do gueto é vista como uma segunda função das prisões, sendo a primeira a administração da pobreza. Esta, por sua vez, nada mais é do que a forma como se opera um governo de pobreza: pautado na flexibilização das leis trabalhistas em compasso com o reforço das leis punitivas e das restrições nas políticas de assistência social. Wacquant mostra que o aumento de investimentos nos aparelhos jurídico e penitenciário estadunidenses acompanhou uma redução dos subsídios a programas sociais; ainda, parte do sistema prisional foi passado para a iniciativa privada. Dessa forma, a máquina pública, conclui o autor, vai operar em concordância com o *workfare*.

Para além de sua falência, o gueto, antes, permite identificar a criminalização da pobreza na formação desse Estado punitivo. Enquanto reduto de pessoas pobres, em sua maioria negras, o gueto e sua ilegalização são explorados conforme surgem medidas mais radicais do governo para conter determinados tipos de crime, principalmente a chamada “guerra às drogas”. Nessa lógica, aumentam-se as penas para crimes envolvendo tráfico de drogas, principalmente no comércio local que, à visão do governo, vai se desenvolver nesses guetos.

A partir dessa conjuntura, restam duas escolhas principais - considerando que o aparelho público já não vai mais conceder assistência social tão

facilmente - para o indivíduo do gueto: ir para a prisão e cumprir penas altíssimas para crimes de pouca relevância; ou abandonar o trabalho ilegal e informal, e render-se à crescente gama de subempregos ‘legais’, de caráter flexível e pouca seguridade ao empregado, disponíveis no mercado. A esse conjunto de medidas políticas - não integralmente, já que a análise de Wacquant envolve outras macroestruturas que não dizem respeito somente às relações de trabalho - é relacionado o conceito de *workfare*, que se baseia na oferta de assistência pública condicionada ao emprego dos indivíduos.

Em contraposição ao *workfare*, o *welfare* pode ser entendido como uma política, ou um conjunto de políticas, de bem-estar social. Pensar o *welfare* apenas como um contraponto ao *workfare* é redutível e falacioso: embora os subsídios a programas assistenciais tenham de fato diminuído, o *welfare* não sofre apenas com seu enxugamento, mas também com sua reforma, que reestrutura seu *modus operandi* e subtrai o alcance de seus impactos nas populações de baixa renda. O *welfare*, portanto, vai oferecer o acabamento para a formação do Estado punitivo por meio de sua ação - e coerção - sobre as famílias dos presos. Esse controle, relata Wacquant sobre as reformas por Bill Clinton, é feito em função de constante monitoramento e registro de atividades e informações, a exemplo de constantes testes de drogas e dados sobre educação e emprego. O rigor dessa *welfare*, tal como o rigor punitivo do aparelho penal, é a peça-chave para entender que a administração da pobreza vai atingir presos e não presos. Wacquant, então, conclui que

O que nós estamos testemunhando aqui é a gênese, não de um “complexo industrial prisional”, [...] mas de uma forma organizacional verdadeiramente nova, um *continuum* carcerário-assistencial em parte explorado para fins lucrativos, que é a linha de frente do Estado liberal-paternalista nascente. Sua missão é vigiar e subjugar, e se necessário reprimir e neutralizar, as populações refratárias à nova ordem econômica que segue uma divisão do trabalho por sexo, com o seu componente penal voltando-se sobretudo aos homens e o componente assistencial exercendo sua tutela sobre as mulheres e crianças (desses mesmos homens). (MIRAGLIA; MELLO FILHO, 2008 apud WACQUANT, 2009)

2. O SUPERENCARCERAMENTO NO BRASIL

Aplicando os conceitos da análise de Wacquant, algumas analogias importantes podem ser realizadas, ainda que tão diferentes se desenvolveram os Estados Unidos do Brasil. Essas analogias decorrem de similaridades sócio-históricas no que tange à participação ativa da escravidão na formação desses Estados nacionais e, após a abolição da escravatura, às relações espaciais dessa população liberta. Nesse sentido, a figura do gueto vai se aproximar da favela e a guerra às drogas também será replicada no Brasil.

Atualmente, o Brasil detém a terceira maior população carcerária do mundo, ficando atrás apenas da China (2°) e dos Estados Unidos (1°), segundo documenta o *World Prison Brief*. O país conta com mais de 700 mil presos considerando, também, aqueles que estão provisoriamente, ou seja, que ainda não foram julgados. Por trás dessa cifra, há uma crescente da população carcerária brasileira ano a ano, contrariando seus colegas líderes do ranking, que já apresentam certa estabilidade e redução em suas populações prisionais. Assim como nos Estados Unidos, a guerra contra o tráfico de drogas foi fundamental para o desenvolvimento de um Estado punitivo brasileiro. O cenário urbano dessa guerra sempre recaiu na favela, comprometendo comércios locais ilegais, realizando pequenas apreensões e atingindo populações em vulnerabilidade social¹. É nesse contexto, então, que o Estado brasileiro vai estabelecer a criminalização da pobreza e, ainda, ratificar a ideia de falência da favela como espaço de confinamento.

Diante da execução dessas políticas, o sistema prisional não tem outra alternativa senão começar a inchar, gerando distorções de proporcionalidade da população encarcerada em relação ao total de brasileiros. A princípio, considera-se a distorção racial - entendendo que o superencarceramento acomete principalmente negros - mas não só: a distorção de gênero também se faz presente, uma vez que ela se insere no contexto patriarcal da sociedade, tornando o contingente de mulheres ínfimo diante do número de homens

1 Para saber mais: <https://www.buzzfeed.com/br/tatianafarah/prisao-trafico-1-grama-maconha?utm_source=dynamic&utm_campaign=bffbbuzzfeedbrasil&ref=bffbbuzzfeedbrasil>

presos; mesmo assim, a quantidade de presas no país está se tornando relevante e preocupante, segundo a antropóloga Juliana Borges (2008), ainda que esteja muito longe de atingir a proporcionalidade da população.

Nesse quesito, o panorama brasileiro transgride as limitações impostas pela dualidade do *workfare-welfare* estadunidense, porque a mulher será colocada em uma posição de valor equivalente ao homem, sendo atingida, assim, pelo sistema penal e não mais pela assistência pública. A pena para essa mulher vai decorrer, por conseguinte, de sua associação ao crime, seja pelo parceiro amoroso, seja por vias independentes; no primeiro caso, a própria alcunha de ‘mulher de bandido’ estabelecida culturalmente a tornará cúmplice do crime, mesmo que não haja envolvimento comprovado e, portanto, culpada para o Estado punitivo.

3. AS CORES DO RIO DE JANEIRO

Estabelecidas as conexões, é necessário averiguar o quão certas essas relações se apresentam em dados. A confirmação da agência do Estado punitivo se dá, dentre outras formas, pela verificação de dados populacionais, considerando que as prisões em massa geram distorções de proporcionalidade racial e de gênero.

Em primeiro lugar, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua - oferece os dados acerca da população total do estado do Rio de Janeiro e sua distribuição percentual com base na raça. A pesquisa é feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - e, para fins de análise, serão consideradas apenas 3 cores (ou raças): branca, parda e preta. Por conta disso, as somas das porcentagens não se igualam aos totais apresentados.

Distribuição da População do Estado do Rio de Janeiro por Cor ou Raça em 2016 (%)

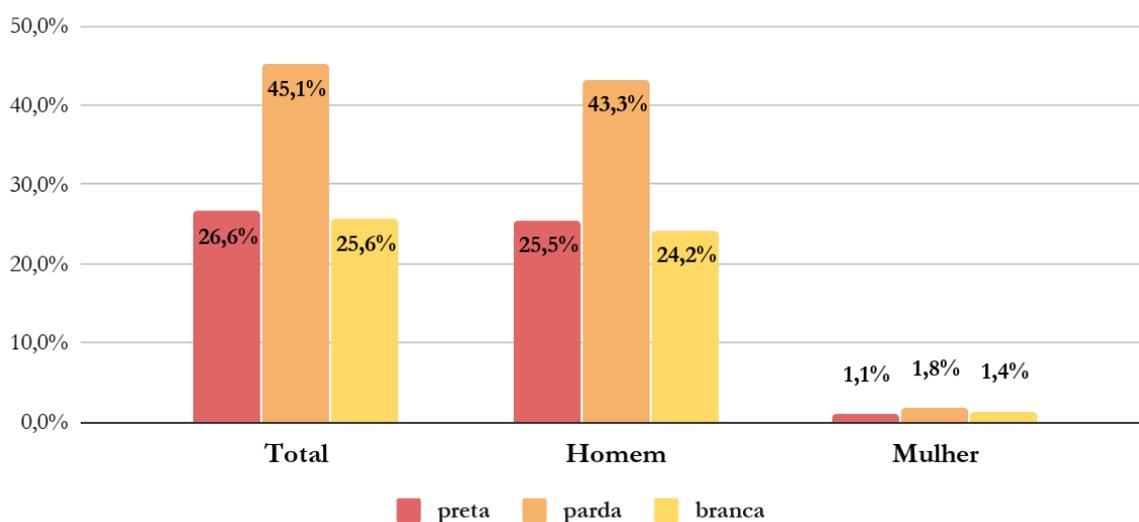
Fonte: IBGE



Os dados fluminenses são similares aos percentuais nacionais, tanto em gênero quanto em cor. A partir deles, pode-se afirmar que a maioria da população do estado é negra (preta ou parda) e mulher. Ao verificar a população carcerária fluminense, os dados se diferem apenas no recorte de gênero, como mostram os dados do Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN - para o mesmo ano:

Distribuição da População Carcerária do Estado do Rio de Janeiro por Cor ou Raça em 2016 (%)

Fonte: DEPEN



A população carcerária é majoritariamente negra, atingindo três quartos do total de presos. É possível perceber que tanto para homens quanto para mulheres, a maioria absoluta de presos é parda, atingindo quase 50%. No outro extremo, vê-se que a participação feminina no contingente prisional fluminense é pífia: menos de 5% do total de presos são mulheres, nível abaixo até mesmo do percentual nacional que fica em torno de 6%.

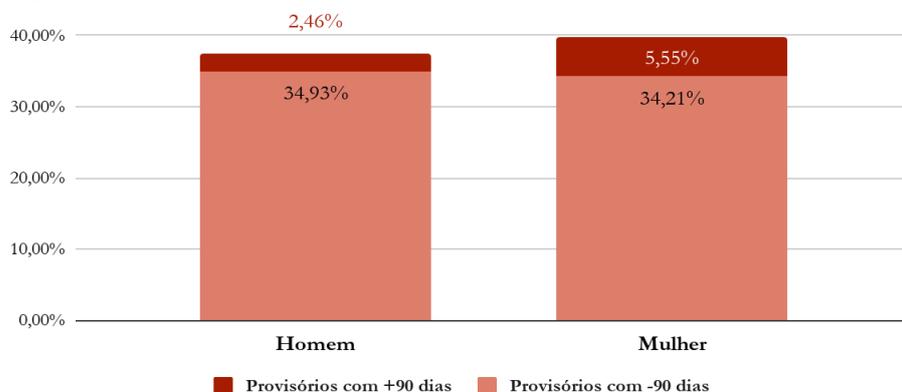
4. ANÁLISE DOS DADOS DO INFOPEN

O Infopen é o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias da DEPEN. Ele é responsável por coletar e processar os dados estatísticos do sistema prisional brasileiro e produzir relatórios a partir deles. A partir dele, é possível examinar informações sobre os presos, como dados socioeconômicos e aspectos da prisão em si. A presente análise focará nos aspectos que se sobressaem sob o escopo de um Estado punitivo: faixa etária, escolaridade, procedência e tipo da prisão, e estado civil do preso.

A princípio, um dado bastante marcante diz respeito à quantidade de presos provisórios no sistema carcerário. O termo 'preso provisório' se refere ao indivíduo que ainda não foi julgado, mas que está preso a fim de assegurar o trâmite de sua sentença. Para o Estado, uma grande quantidade de presos provisórios pode expor, a princípio, duas problemáticas: ou o sistema penal não acompanha o ritmo de prisão em função de burocracias e procedimentos administrativos demorados; ou o Estado prende demais, o que sobrecarrega seu aparelho jurídico. No Rio de Janeiro, a situação em 2016 se apresentou da seguinte maneira:

Percentual de Presos Provisórios por Tempo de Prisão Sob Recorte de Gênero em 2016 (%)

Fonte: DEPEN

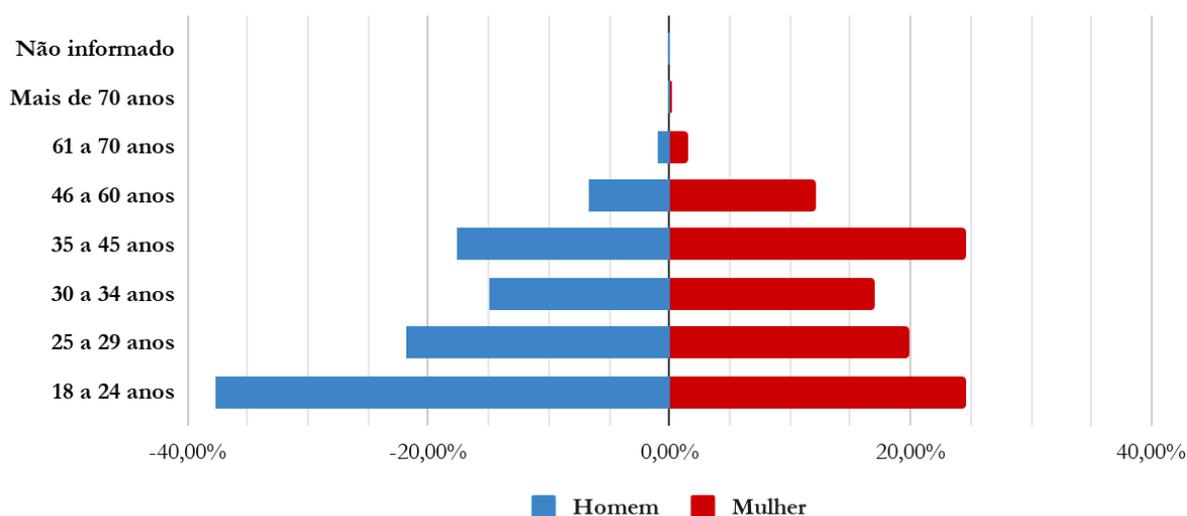


Para ambos presos e presas, a média de presos provisórios ficou entre 35% e 40%, bem condizente com o percentual nacional, que se aproxima de 37%. Isso significa que 1 em cada 3 presos do sistema penitenciário fluminense está sob prisão cautelar (isto é, provisória). Ainda, os dados revelam o número de presos provisórios com mais de 90 dias, o que pode indicar a eficiência jurídica para sentenciamento dos presos: menos de 2.000, de um total de cerca de 50.000, estão nessa condição. Do total de prisões provisórias, as que ultrapassam os 90 dias representam apenas 6,5%, frente aos 7,8% nacionais.

Outro dado a se considerar é a faixa etária dos presos. Wacquant analisando as prisões dos Estados Unidos viu que 1 em cada 3 jovens da faixa dos 20 anos estava preso ou em liberdade condicional (DANIN, 2017), o que representa um grande impacto na população jovem do país. Em termos governamentais, a prisão de jovens permite compreender, em parte, a eficácia - ou sua falta - de políticas públicas voltadas para a educação e assistência social. Considerando o recorte de gênero, foi montada esta pirâmide etária do cárcere, a qual mostra a porcentagem de presos e presas por faixa etária.

Distribuição da População Carcerária do Estado do Rio de Janeiro por Faixa Etária em 2016 (%)

Fonte: DEPEN

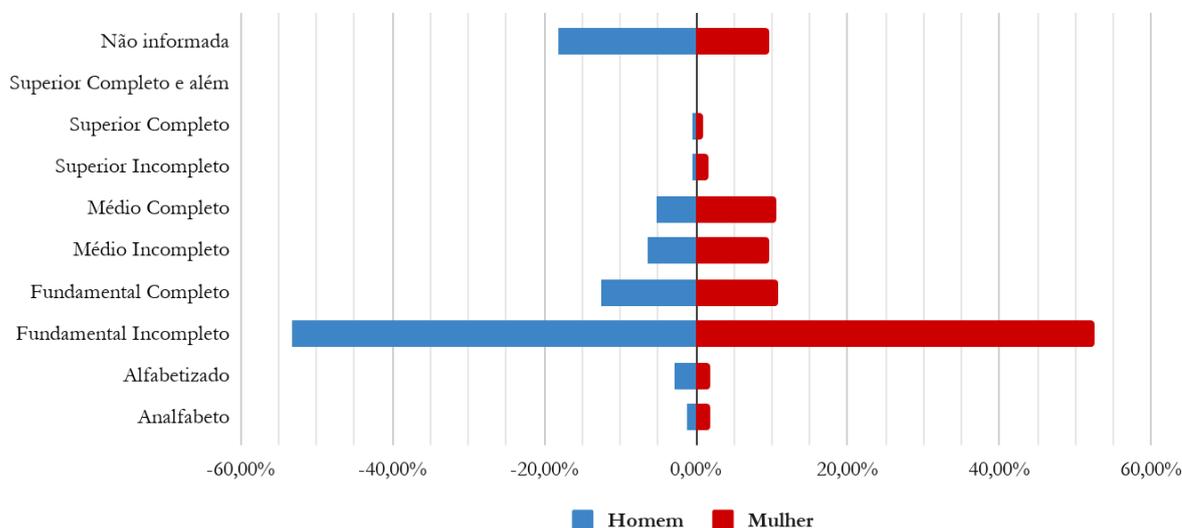


Nela, a discrepância de idade fica muito mais perceptível entre homens, cuja maioria tem entre 18 e 24 anos, chegando a quase 40% do total de presos homens. Do outro lado, a idade das mulheres privadas de liberdade é mais distribuída ao longo de 5 faixas (dos 18 aos 60 anos). Esse gráfico contraria a pirâmide etária do estado, uma vez que a pirâmide do RJ se apresenta mais distribuída e com maior população de idosos, ainda que a 'pirâmide carcerária' não leve em conta menores de idade.

Novamente, a baixa idade desses presidiários reforça a ausência de políticas públicas em âmbito estadual, tanto em educação quanto em assistência social. É, também, sugerível que a falta de oportunidades de emprego seja o início do percurso do crime à prisão. Esse raciocínio adentra a questão da formação individual, profissionalizante ou não, e dialoga intensamente com a premissa do Estado punitivo de fomentar os segmentos periféricos do mercado de trabalho - isto é, empregos mal remunerados e de pouca seguridade ao empregado -, o que requer uma mão de obra pouco educada; e os dados de escolaridade vão mostrar isso.

Distribuição da População Carcerária do Estado do Rio de Janeiro por Escolaridade Sob o Recorte de Gênero em 2016 (%)

Fonte: DEPEN

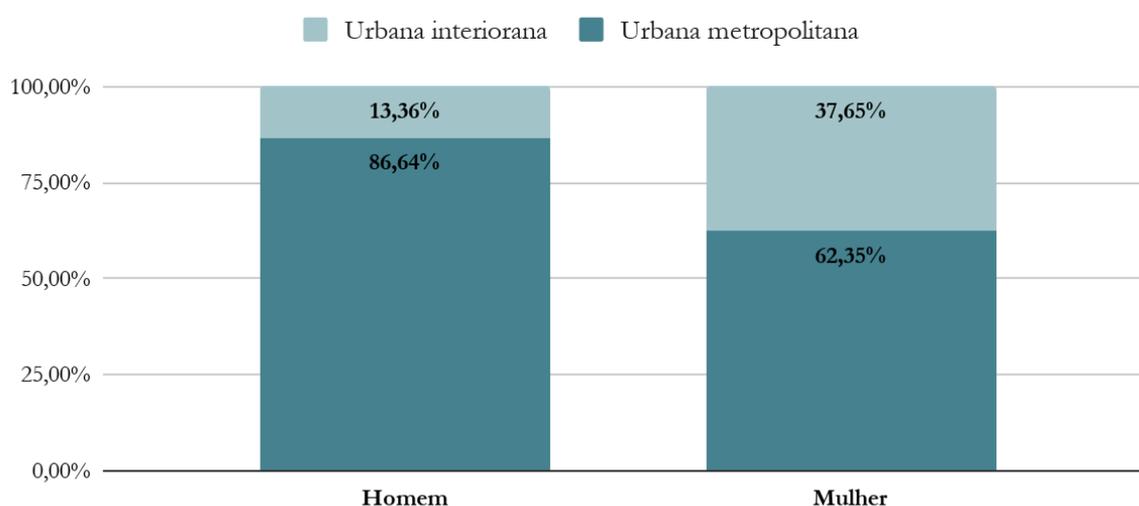


Mais de 50%, tanto de homens quanto de mulheres, dos presos não concluíram o Ensino Fundamental. Não bastasse isso, quase 20% dos presos e 10% das presas não têm informações sobre sua escolaridade, contribuindo ainda mais na tamanha defasagem educacional do estado para com a população marginalizada. Esse cenário corrobora com a proposta estatal de precarização do trabalho e supera o percentual nacional que prevê 42% de presos não concluintes do Ensino Fundamental. Ademais, pela segunda vez os dados femininos são mais distribuídos do que os masculinos.

Contudo, a peça-chave para confirmar o superencarceramento brasileiro é a favela. A favela, enquanto espaço físico de segregação da população negra e pobre, se caracteriza por sua coexistência com o meio urbano. A favela, nesse sentido, está intrínseca à uma urbanização que desacompanha políticas públicas de distribuição de terras e moradias. Ela vai se assemelhar ao gueto e desempenhar um papel de confinamento - disputando com a prisão - do jovem negro. Nos dados, é possível, mesmo que sutilmente, reconhecê-la nos registros de procedência dos detentos por área de ocorrência do crime pelo qual foi preso, conforme registra a DEPEN.

Percentual da Procedência das Prisões por Área de Ocorrência sob o Recorte de Gênero em 2016 (%)

Fonte: DEPEN



A maioria das prisões decorrem de ações em áreas metropolitanas do estado, o que pode ser associado diretamente às favelas, não deixando de levar em conta os outros dados apresentados. Assim como a escolaridade, a ambientação do crime e do encarceramento na cidade pode se ligar ao propósito de crescimento de empregos periféricos e não regulamentados. Ultimamente, eles têm vindo acompanhados de maior operação por vias tecnológicas, como tem mostrado o fenômeno de uberização do trabalho², gerando empregos por aplicativos para celular.

Em uma segunda análise, a porcentagem de mulheres presas por crimes no interior representou quase o triplo do mesmo dado para os homens, o que pode significar uma ação, tanto das presas em ação criminosa, quanto do Estado no ato de detenção, diferente e alternativa. Combinando os dados de idade, escolaridade e procedência da prisão e comparando-os entre os gêneros, parece não haver quaisquer relações que explicitem a ação conjunta de casais

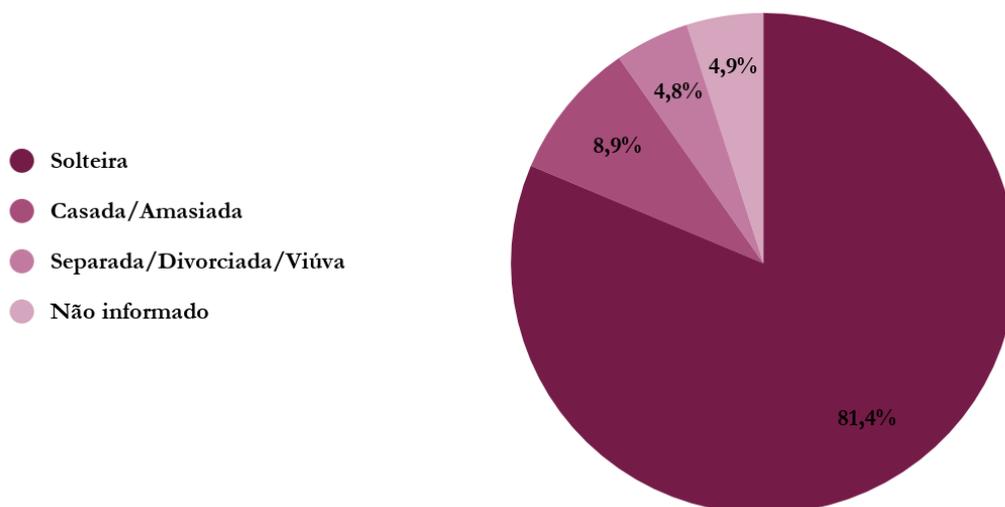
² Para saber mais:

<<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/591102-uberizacao-nos-leva-para-a-servidao-diz-pesquisador>>

heterossexuais no mundo do crime. Para averiguar isso, é interessante analisar o que mostram os dados de estado civil das mulheres presas pelo estado do Rio de Janeiro.

Distribuição Percentual do Estado Civil das Presas do Estado do Rio de Janeiro em 2016 (%)

Fonte: DEPEN



A maioria das presas são solteiras, superando a marca dos 80%, enquanto os outros 20% se dividem entre mulheres casadas ou amasiadas (que estão em uma união estável), separadas judicialmente, divorciadas, viúvas e aquelas sobre as quais não há informações sobre seu estado civil. Dessa forma, a hipótese anterior é refutada, não deixando de considerar que pode haver casos - pontuais - de ação criminal conjunta de parceiros amorosos

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos expostos, é possível assegurar uma política de encarceramento em massa em curso no estado do Rio de Janeiro. Ela se afirma na medida em que os dados mostram que a maioria dos presos são homens negros (pretos ou pardos), jovens, de baixo grau de escolaridade e procedência metropolitana, o que se torna um indicativo para sua origem da favela. No entanto, algumas ressalvas precisam ser feitas e aprofundadas de modo a

umentar o grau de confiança dessa análise. A reforma do *welfare* nos Estados Unidos, por exemplo, aconteceu cerca de 20 anos atrás, o que permitiu uma análise muito mais sólida no país, diferentemente da *welfare* brasileira, que melhorou muito em termos de investimento e alcance no período de 2003 a 2013, ainda que a população prisional não tenha deixado de crescer em nenhum momento.

Ademais, vale ressaltar que a política de encarceramento em massa está imbricada à violência policial e, portanto, pode sofrer algumas interferências nos registros, considerando que potenciais presos se tornaram mortos. Isso quer dizer que a violência policial representa uma diminuição do número de presos uma vez que eles sequer chegam à cadeia vivos, pois são mortos em confronto ou executados posteriormente. Para o estado, e para o país de uma forma geral, isso representa uma interferência de considerável grau, levando em conta a cifra de mortos por ano por policiais.

O recorte de gênero, entretanto, não faz parte da análise de Wacquant e exige maior aprofundamento. Ele foi feito como complemento ao conteúdo analisado tendo em vista que todos os dados trouxeram o gênero como uma variação de abertura para os registros estatísticos. Mas o fato da população feminina nos presídios fluminenses e dos demais estados não ter relativa significância as torna pouco compreendidas e estudadas, o que deve ser mudado; sem contar que, enquanto chefes de família na maioria dos casos, suas prisões representam uma desarticulação massiva de núcleos familiares³.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. *“Uberização” do trabalho: caminhamos para a servidão, e isso ainda será um privilégio. Entrevista com Ricardo Antunes: Entrevista concedida à revista IHU on-line.* 2019. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/591102-uberizacao-nos-leva-para-a-servidao-diz-pesquisador>>. Acesso em: 22 nov. 2019.

³ Para saber mais: <<https://diplomatie.org.br/o-judiciario-pune-duplamente-presas-que-sao-maes/>>

BORGES, Juliana. *Paradigma do punitivismo coloca o Brasil em terceiro lugar no ranking mundial do encarceramento. Entrevista especial com Juliana Borges: Entrevista concedida a Ricardo Machado*. 2018. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/575856-paradigma-do-punitivismo-coloca-o-brasil-em-terceiro-lugar-no-ranking-mundial-do-encarceramento-entrevista-especial-com-juliana-borges>>. Acesso em: 22 nov. 2019.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ministério da Economia. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua: Tabelas anuais 2012 - 2016*. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Anual/Caracteristicas_Gerais_dos_Moradores_2012_2016/PNAD_Continua_2012_2016_Caracteristicas_Gerais_dos_Moradores.xls>. Acesso em: 11 nov. 2019.

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. Ministério da Justiça e Segurança Pública. *Bases de Dados*. 2016. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/bases-de-dados/2016_basefinal_depen_publicacao.xlsx>. Acesso em: 11 nov. 2019.

DANIN, Renata Almeida. Loic Wacquant: *Encarceramento em Massa como Política Social na Contemporaneidade*. Sem Aspás, Araraquara, v. 6, n. 2, p.125-133, dez. 2017.

FARAH, Tatiana. *A Maurene ficou presa 3 anos por causa de 1 grama de maconha*. 2019. Disponível em: <https://www.buzzfeed.com/br/tatianafarah/prisao-trafico-1-grama-maconha?utm_source=dynamic&utm_campaign=bffbbuzzfeedbrasil&ref=bffbbuzzfeedbrasil>. Acesso em: 22 nov. 2019.

GUIMARÃES, Irene Maestro S. dos S.; RODRIGUES, Amanda Caroline A. P.. *O judiciário pune duplamente presas que são mães*. 2019. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/o-judiciario-pune-duplamente-presas-que-sao-maes/>>. Acesso em: 22 nov. 2019.

MIRAGLIA, Paula; MELLO FILHO, Hélio de (Ed.). *O Lugar da Pobreza na Nova Administração da Pobreza*: Loic Wacquant (tradução). Novos Estudos, São Paulo, v. 27, n. 1, p.09-19, mar. 2008. Quadrimestral.

38WORLD PRISON BRIEF (Org.). *Highest to Lowest - Prison Population Total*. Disponível em: <https://www.prisonstudies.org/highest-to-lowest/prison-population-total?field_region_taxonomy_tid=All>. Acesso em: 22 nov. 2019.

A DEMOCRACIA RACIAL E OS ESTEREÓTIPOS SOBRE O CABRA NORDESTINO NO BRASIL ATUAL, SOB ANÁLISE E PESQUISA DO LIVRO “O NORDESTE”, DE GILBERTO FREYRE.

Rodrigo Inchausp Faria

RESUMO

Esta monografia consiste em apresentar e ampliar o debate associado ao estereótipo do cabra nordestino, citado na obra *O Nordeste*, de Gilberto Freyre, como personagem resultante da miscigenação dos atores que compunham a sociedade escravocrata açucareira em Pernambuco. O presente trabalho também se preocupa em apresentar o mito da democracia racial atrelado às questões trabalhistas entre as regiões do Brasil, bem como a criação da identidade nacional brasileira no séc. XX, os estereótipos criados sobre a região Nordeste e seus habitantes e a história como fator determinante para o entendimento das relações socioculturais entre as partes que compõem o território nacional.

Palavras-chave: Identidade nacional brasileira; nordeste; Gilberto Freyre; estereótipo; trabalho; cabra nordestino; regionalismo; escravidão;

INTRODUÇÃO

Gilberto Freyre, sociólogo, pernambucano, nascido em 15 de março de 1900, foi um dos mais célebres escritores brasileiros. Escreveu livros que pensam a formação da identidade nacional do Brasil e quais processos a definiu. O escritor se graduou em letras e sociologia. Aos 18 anos de idade, foi estudar nos Estados Unidos, na Universidade de Columbia, lugar onde conheceu Franz Boas, alemão reconhecido como um dos pioneiros dos estudos antropológicos modernos. Também em Columbia, em 1922, foi onde recebeu o título de *Masters of Arts* (Mestre das Artes) pela sua tese *Social life in Brazil in the middle of the 19th century* (Vida social no Brasil em meados do séc. XIX). Como sociólogo, Gilberto se destacou em abordar temas sobre a escravidão e a sociedade patriarcal brasileira. Em seu livro mais conhecido, *CASA GRANDE & SENZALA*, o autor começa a debater sobre como o histórico da relação escravocrata contribuiu para a formação do povo brasileiro, observado por ele na década de 1930. Ainda sobre as obras, *O NORDESTE* também se caracteriza como importante livro que trata do surgimento das relações econômico-sociais

da época dos engenhos de cana de açúcar, cujo ciclo se tornou o primeiro a fomentar a economia do recém-colonizado Brasil.

É importante observar que, no tempo em que Freyre escreve seus clássicos literários (entre 1930 e 1940), a ditadura do Estado Novo Getulista criara um forte pensamento nacionalista no país, este que até então era marcado por contrastes regionalistas. Não existia um pensamento nacional, centralizado e, portanto, o Brasil não existia como um Estado-Nação. Assim, o escritor aderiu à necessidade de se construir uma identidade nacional brasileira. Numa sutil análise da dicotomia entre as relações escravocratas e conjugais que circundavam o ambiente das casas grandes e senzalas, Gilberto escreveu seus livros de modo a caracterizar o brasileiro moderno (o do séc. XX) a partir das relações sociais - ou mesmo sexuais, tratadas com grande teor em *CASA GRANDE & SENZALA* - que envolviam os colonos portugueses brancos e os escravos, estes africanos e indígenas. Com isso, foi um dos primeiros a incrementar um fator importante para o pensamento nacional do povo brasileiro: o hibridismo, ou mesmo a miscigenação.

O OUTRO BRASIL QUE VEM AÍ*

“Eu ouço as vozes / eu vejo as cores / eu sinto os passos /
de outro Brasil que vem aí /
mais tropical / mais fraternal / mais brasileiro.
O mapa desse Brasil em vez das cores dos Estados /
terá as cores das produções e dos trabalhos. /
Os homens desse Brasil em vez das cores das três raças /
terão as cores das profissões e das religiões. /
As mulheres do Brasil em vez das cores boreais /
terão as cores variamente tropicais. /
Todo brasileiro poderá dizer: é assim que eu quero o Brasil, /
todo brasileiro e não apenas o bacharel ou o doutor /
o preto, o pardo, o roxo então apenas o branco /
e o semibranco. (...)”

*FREYRE, Gilberto. Talvez poesia: O outro Brasil que vem
aí. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.

Assim, ao focar na miscigenação como fator nacional, Gilberto abre espaço para um debate amplo sobre um tema político que reflete na desigualdade social e na forma que o brasileiro se comporta perante o outro: o mito da democracia racial. Explorando este tema em cima do livro *O*

NORDESTE e dialogando com outros autores, é possível pensar como o passado da escravidão, culminando na miscigenação de brancos, arianos, negros e indígenas, possibilitou a criação do estereótipo do “cabra nordestino”, personagem que Gilberto cita no último capítulo do livro em questão. As análises procedidas nos próximos capítulos deste estudo tomaram como base argumentativa as obras de Durval Muniz Albuquerque (1999), Gilberto Freyre (1937), Reinaldo de Lima Reis Júnior (2008), Eric Hobsbawm (1990) e Florestan Fernandes (1989).

A partir de Freyre, introduziu-se o personagem chave deste trabalho, o homem nordestino, e de sua formação étnico-racial. Reinaldo ajudou a sustentar e a citar o período do nacional-desenvolvimentismo e a mão de obra nordestina na construção de Brasília. Com Durval e Hobsbawm, foi possível debater o conceito de nação e elaborá-lo a partir dos pontos de vista políticos e históricos da formação do Brasil como Estado-Nação e da separação das regiões. Por fim, o pensamento de Florestan Fernandes ajudou a sustentar a crítica desta monografia à democracia racial, cujo debate é aflorado após a época da publicação dos livros de Freyre. Portanto, parte-se do princípio de que os conceitos de cor, nação, história e política estão totalmente atrelados aos estereótipos criados em relação ao homem nordestino. As próximas páginas tentam elucidar a relação de todas essas palavras com a força de trabalho, aspectos físicos e intelectuais do homem da região e as relações de dependência da região nordeste para com as do centro-sul, seja na relação econômica, seja durante a construção das imagens do Brasil.

1. HISTÓRIA: A CASA GRANDE E SENZALA, O SURGIMENTO DO CABRA NORDESTINO E RELAÇÕES ENTRE COR E RAÇA

Ao considerar a história da escravidão como fator determinante para a formação da sociedade moderna (a da década de 1930), Gilberto envolve em suas obras diversos atores que participaram da construção do Brasil. Em *O NORDESTE*, há considerações que norteiam a importância dos escravos indígenas e negros para a prosperidade da sociedade açucareira. Os índios,

habitantes das áreas ao redor do Rio Capibaribe, lugar onde foram implantados os primeiros engenhos de açúcar e de onde a monocultura da cana começou a devastar os primeiros trechos da mata atlântica, se mostraram os primeiros a serem escravizados pelos portugueses, estes que precisavam de bons conhecedores da região para que pudessem encontrar e explorar a exportação do Pau-Brasil para a Europa. (FREYRE, 1937, p.72).

Logo em meados do séc. XVI, o tráfico de negros escravos na capitania de Pernambuco começou a se intensificar, e com isso, a participação dos africanos como mão de obra para a produção de açúcar começou a se tornar visível e um dos maiores símbolos da exploração colonial no Brasil. Os colonizadores portugueses, brancos, montados em seus cavalos, eram os que tinham o poder de mandar nos escravos. Dito isso, estabelece-se a relação entre Casa Grande e Senzala. A casa do senhor de engenho, do branco, do “conquistador”. A senzala do escravo, do “homem de cor”, do que foi submetido. (FREYRE, 1937, cap. 4).

E assim o conceito de cor, ou mesmo de raça, se designa na obra de Gilberto, demonstrando a relação hierárquica existente entre os atores sociais da época escravocrata. Desse modo, a raça se configura como importante argumento que, após a abolição da escravatura e início do séc. XX, com o conceito de nação aflorado em todo o mundo, ainda sustentou a construção do estereótipo do Nordeste e dos trabalhadores livres que lá viviam à época. Um argumento, selecionado do livro de Freyre (e sempre que citado o tal livro refere-se ao *O Nordeste*), dito por Rodrigues de Carvalho (1937), o cabra nordestino é descrito como sendo “50 por cento de africano, quarenta de índio e dez de um ariano” (FREYRE, 1937, p.164), mostrando a forte presença da miscigenação de tons de pele diferentes. Ou seja, a figura do cabra é considerada nesta monografia como exemplo vivo do hibridismo entre cores e raças que Gilberto sintetizou como consequência da reprodução entre os personagens dos engenhos de açúcar no nordeste brasileiro.

Os cabras nordestinos também aparecem no livro, quando analisados por alguns médicos, que estudaram a sociedade nordestina no séc. XIX, como herdeiros

de algumas características físicas que vão além da tonalidade da pele. Até a baixa estatura é citada lá como fator determinado pelas más condições de vida legadas da escravidão, a qual obrigava os trabalhadores, agora livres, a passarem por condições pouco favoráveis ao desenvolvimento do próprio corpo, como a má alimentação.

“E acrescentava um deles, referindo-se ao trabalhador livre da região que tinha de enfrentar condições tão ásperas de economia e de vida: (...) ‘Supondo que cada um coma uma libra de carne por dia, não passando esta de dez patacas a arroba, em carne gastará 300 rs; se ajuntarmos 80 rs. de farinha, e 20 rs. de lenha, teremos que o homem gasta em comida 400 rs. por dia, e que em um mez faz 12\$000; e como a casa consume pouco mais ou menos um terço do que se come, e que no caso suposto é 4\$000, soma 16\$000; restão-lhe quatro mil reis para sustentar-se nos dias santos, nas molestias, e para vestir-se etc. o que é impossível para o homem que quizer higienica e honradamente viver: mas sendo notorio que o pobre tambem vive com honra, convem saber como isto se faz. A carne secca, o peixe secco e salgado, e as mais das vezes arruinado, a farinha sem gomme, a má comida, a má dormida, a má casa, a fazenda arruinada, são os productos que consumem o pobre; alem da diminuição que é obrigado a fazer para accomodar-se.’ E concluía sobre a família típica de morador livre do Nordeste agrário: ‘Com taes condições esta família não deixará de soffrer, sua organização não terá o completo desenvolvimento, sua quantidade de trabalho será menor, e má será sua prole.’ (FREYRE, 1937, p. 165).

Argumentos parecidos com o dos médicos sobre as condições de vida dos trabalhadores nordestinos eram bem comuns entre as pessoas do resto do país durante a virada do séc. XIX para o séc. XX. Inclusive, Albuquerque (1999) comenta em seu livro, *A Invenção do Nordeste*, ser esta visão equivocada a causa dos enfrentamentos de imagem entre as regiões Sul e Norte durante o processo de nacionalização do Brasil, como mostram as notas de viagens de alguns autores sulistas quando estes foram escrever sobre o Nordeste e, em geral, caracterizaram a região e seus moradores e os estereotiparam para o resto do país. Este assunto será melhor tratado no próximo tópico ao se falar sobre o processo de construção da identidade nacional.

2. CONCEITO DE NAÇÃO, A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA E A REGIONALIZAÇÃO DO TRABALHO

Após o fim da Primeira Guerra Mundial e a dissolução dos impérios que compunham os Estados participantes da tríplice aliança, o conceito de nação começou a se difundir mais intensamente pelo mundo. Fatores como a língua e a etnicidade foram fundamentais para os processos de formação dos estados-nação na Europa (HOBSBAWM, 1990, p.126). No Brasil, no entanto, o conceito de identidade nacional começa a ser designado a partir da década de 1920 e, com isso, surge também a construção da imagem do Nordeste como fruto da reelaboração dos enunciados que construíram e constituíram o Norte do Brasil antes das divisões do país que são conhecidas hoje (ALBUQUERQUE, 1999, p.40).

O Nordeste é filho da ruína da antiga geografia do país, segmentada entre “Norte” e “Sul”. (ALBUQUERQUE, 1999, p.39).

O antigo regionalismo separava o Brasil entre apenas duas regiões: Norte e Sul. Esta divisão considerava as diferenças entre os espaços territoriais do Brasil como reflexo imediato da natureza, do meio e da raça. (ALBUQUERQUE, 1999, p.41). Assim, o estereótipo construído sobre o cabra nordestino derivou diretamente dessa ideia, que buscava diferenciar as regiões Sul e Norte como sendo a primeira dominante da riqueza intelectual, da centralização do poder político, no Rio de Janeiro, da industrialização e urbanização paulistas, e a segunda como reflexo da dependência econômica, da ignorância e servilismo de seu povo (Albuquerque, 1999, p.40, 42, 43). Com isso, surge a imagem do homem nordestino, que perdura até hoje, como resultado do que a elite sulista lhe atribuiu: a força de trabalho herdada da escravidão, a figura do típico trabalhador braçal.

Toda essa construção feita pelos autores sulistas levou em consideração a política de incentivo à imigração europeia no Brasil, que foi posta no final do séc. XIX, com imigrantes vindos principalmente para o antigo Sul, que hoje compreende as áreas Sudeste, Sul e Centro-Oeste, de acordo com a divisão oficial do IBGE. As mazelas atribuídas ao antigo Norte e, conseqüentemente, ao Nordeste inventado, foram consideradas à época pela voga da superioridade

de raças e pela eugenia. Durval cita em seu livro sobre a visão dos paulistas, que eram os principais representantes da elite intelectual brasileira, a respeito da construção étnico-racial de São Paulo como sendo primordialmente formada por europeus, desconsiderando a existência da escravidão de negros e indígenas, como a que ocorreu no Nordeste (ALBUQUERQUE, 1999, p.44).

A industrialização de São Paulo, ocorrida no final do séc. XIX, serviu como argumento para a manutenção da imagem próspera e de superioridade da região perante o Nordeste. Para o discurso regionalista, São Paulo seria o berço de uma nação “civilizada, progressista e desenvolvimentista”. (ALBUQUERQUE, 1999, p.45). Desta maneira, surge o fator da regionalização do mercado de trabalho que, sustentado pelo viés do desenvolvimentismo, atua na visão nacional de modo a caracterizar a prosperidade industrial como fruto da imigração branca europeia, em detrimento das minorias negras que, ainda que libertos, não ocupavam parcela significativa dos operários assalariados das indústrias. Como exemplo, observa-se os dados da empresa Jafet, uma das empresas que mais prosperou em São Paulo no início do século passado.

	1921- 1930	1931- 1940	1941- 1950	1951- 1960
Branca	92.4	89.3	86.7	73.7
Imigrantes	33.5	24.0	7.7	5.1
Brasileiros	58.9	65.3	79.0	68.6
Amarela	0.0	0.0	0.2	0.0
Negra	7.6	10.7	13.0	26.3
Morenos ^a	1.0	1.9	0.6	0.2
Pardos	3.6	3.6	5.5	14.8
Pretos	3.0	5.2	6.9	11.3
N ^b	1,249	1,304		
		111	237	245

Figura 01 - Tabela de Porcentagem da Distribuição dos Trabalhadores contratados na Jafet
Data: 1920 - 1960

Fonte: ANDREWS, G. W. *Negros e brancos em São Paulo*, SP: Edusp, 1996. p,135

Estes dados só foram possíveis de serem coletados por conta de uma política da Previdência Social, na década de 1920, que pedia para as fábricas

fazerem um censo sobre a quantidade de trabalhadores e suas respectivas raças. Assim, foi possível identificar que a mão de obra imigrante passou a diminuir com o passar do tempo e com a radicação da geração de brasileiros descendentes de europeus. Além disso, o número de negros nas fábricas cresceu pois havia uma política de contratação de brasileiros na época, mas ainda não chegava nem a 20% do total de vagas (ANDREWS, 1998, p.156).

Isso posto, retomando ao cabra nordestino, é possível atribuir o estereótipo construído em cima de sua imagem como consequência da regionalização do trabalho no “Sul” e, junto com ela, a superioridade racial criada pela política eugênica presente naquele tempo.

Sobre a regionalização do trabalho, a mão de obra nordestina foi considerada barata por todo desalento que incidia sobre a população da região. Até o primeiro trimestre de 2018, segundo dados da PNAD Contínua do IBGE, o número de desalentados (população fora da força de trabalho, levando em conta os trabalhadores contratados pelas empresas, por motivos diversos, mas que engloba também a inexperiência e a falta de qualificação) no Nordeste correspondia a 60,6% do total nacional, caracterizando o estereótipo vivo do trabalhador informal e braçal, não intelectual, ainda no séc. XXI.

Não é à toa que, durante a década de 1950, com o nacional-desenvolvimentismo do governo de Juscelino Kubitschek e a construção de Brasília, o fluxo migratório de nordestinos para a região Centro-Sul se intensificou em busca de melhores condições de vida e trabalho. Na região sudeste, pode-se observar a concentração de nordestinos no ABC paulista, atraídos pelas montadoras automobilísticas multinacionais que se instalaram na região. Já em Brasília, os “candangos” (assim eram chamados os trabalhadores) vindos do Nordeste compunham um grande contingente de pessoas, embora não formassem a maioria dos trabalhadores, que eram do próprio estado de Goiás (LIMA, 2008, p.38).

Pode-se afirmar que o governo de JK trouxe muitas mudanças para o país, tanto positivas quanto negativas. Mas o aspecto negativo, principalmente envolvendo o migrante nordestino, foi a criação das cidades satélites ao redor

de Brasília, onde resplandeceu a despreocupação do governo com a nova moradia dos trabalhadores que migraram para trabalhar e de onde fez surgir as primeiras favelas no entorno da nova capital federal e a segregação socioespacial se evidenciou (LIMA, 2008, p. 38).

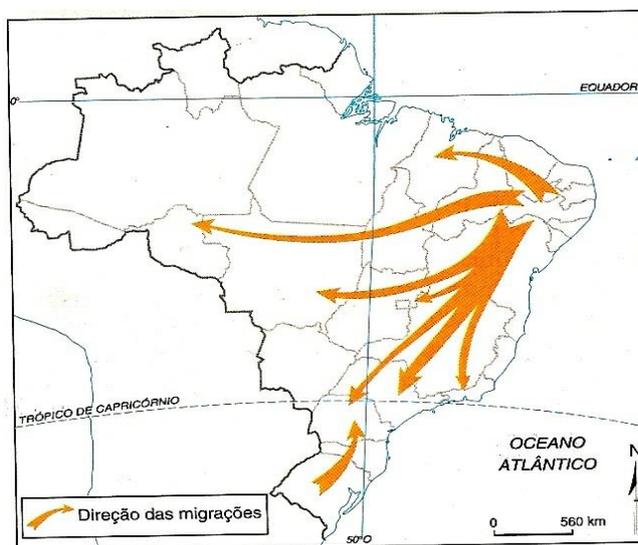


Figura 02 - Migrações internas do Brasil

Data: 1950 - 1960

Fonte: ADAS, Melhem. Panorama geográfico brasileiro. São Paulo: Moderna, 2004, p.308

Uma das primeiras cidades satélites a serem formadas no entorno de Brasília foi a cidade de Taguatinga. (LIMA, 2008, p. 36). Taguatinga se torna o reflexo da política de abandono aos migrantes que ajudaram a construir a capital. Em foto apresentada na próxima página desta monografia, é possível observar a formação de favelas ao fundo. Assim, a figura do cabra nordestino, mais uma vez, é atribuída meramente como trabalhador, como força motriz para movimentação do interesse político nacional.

Deste modo, o conceito de nação, a construção da identidade nacional brasileira, a regionalização do mercado de trabalho, o conceito de raça e mesmo o hibridismo na formação do cabra nordestino são peças-chave para o entendimento da criação do estereótipo sobre este personagem. No próximo capítulo, será retomado o conceito de raça, mas partindo do princípio da existência da institucionalização do racismo, cujo argumento se fundamenta na política de embranquecimento do séc. XIX e em citações de dados sobre segregação socioespacial e IDH.



Figura 03 - Avenida em Taguatinga
Data: 1958 - 1960
Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal
BR DFARPDF NOV. D.4.4.B.2
Foto: Mário Fontenelle

3. INSTITUCIONALIZAÇÃO DO RACISMO NO BRASIL: A MISCIGENAÇÃO COMO ARTIFÍCIO PARA O BRANQUEAMENTO DA POPULAÇÃO

O tema deste tópico é bastante complexo para ser desenvolvido completamente em apenas algumas páginas, mas sua importância norteia a conclusão deste trabalho. Como dito no tópico 2, o processo de nacionalização do Brasil e o estereótipo das regiões foram construídos numa época em que o contexto racial facilmente era empregado para justificar o grau de desenvolvimento de uma região perante a outra. Com o Nordeste foi assim, já que a figura do homem nordestino foi formada a partir do ideário da “degeneração racial” (ALBUQUERQUE, 1999, p.44).

Segundo o comunicado do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, cujo título é *Desigualdades raciais, racismo e políticas públicas: 120 anos após a abolição*, o “racismo científico”, ou mesmo o darwinismo social, foi o argumento utilizado à época para a interpretação do desenvolvimento nacional. Ou seja, o fator da raça influenciou e influenciou, até hoje, a visão estereotipada dos atores que compõe a sociedade brasileira.

“Assim, se o racismo nasce no Brasil associado à escravidão, é após a Abolição que se organizam as teses de inferioridade biológica dos negros e que elas se difundem no país como matriz para a interpretação do

desenvolvimento nacional. A adoção pela elite brasileira das teses do chamado "racismo científico", então em pleno desenvolvimento na Europa, teve início nos anos 1870 e tornaram-se amplamente aceitas entre as décadas de 1880 e 1920."(IPEA, 2008, p. 2; p.3)

Sobre esse contexto de raças é que também se encaixa a política de imigração europeia incentivada no Brasil no final do séc. XIX. Esse processo migratório foi encorajado pela elite cafeicultora e aprovado pelo governo brasileiro, já que o tráfico negreiro havia sido abolido em 1850, a escravidão em 1888 e ainda era necessária a mão de obra para o cultivo do café. Já para Petrônio Domingues (2003), em seu livro *Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição*, a política de imigração foi sustentada pelo viés do branqueamento da população porque, se fosse pela mão de obra, os quase 4 milhões de trabalhadores ociosos e, principalmente, a mão de obra do Nordeste, que já havia sido utilizada durante o primeiro ciclo da borracha na região Amazônica, seriam contratados.

Em contrapartida, mais de 2 milhões de imigrantes europeus entraram no Brasil após o início da política de imigração, principalmente no antigo Sul, agora habitado por imigrantes alemães, italianos e poloneses, em suma. Assim, o aspecto da miscigenação entre em questão, mais uma vez, para sustentar a formação do povo brasileiro. O que se esquece de debater sobre isso é a política eugênica presente neste ato, já que, após a abolição da escravatura, notou-se uma considerável densidade demográfica de negros nas grandes capitais brasileiras e a política do branqueamento veio com o intuito de livrar as capitais da "degeneração racial". O comunicado do IPEA, citado na página anterior, também cita o Censo de 1890 para justificar o argumento deste parágrafo

"O Censo de 1890 contava 56% de negros, mas a política de imigração europeia subvencionada aumentou de tal maneira a população branca que em 1940 este total tinha caído para 35,8% da população brasileira." (IPEA, 2008, p.4)

Como observado no quadro de Modesto Broco (1895), *A REDENÇÃO DE CÃ*, a eugenia era considerada algo aplaudível, enquanto a descendência negra era motivo de lembrança daquilo que o passado ainda remontava: a escravidão. Dessa forma, o quadro traz a reflexão do que a política do embranquecimento

pregava, que era a miscigenação entre negros e brancos no intuito de embranquecer as próximas gerações.

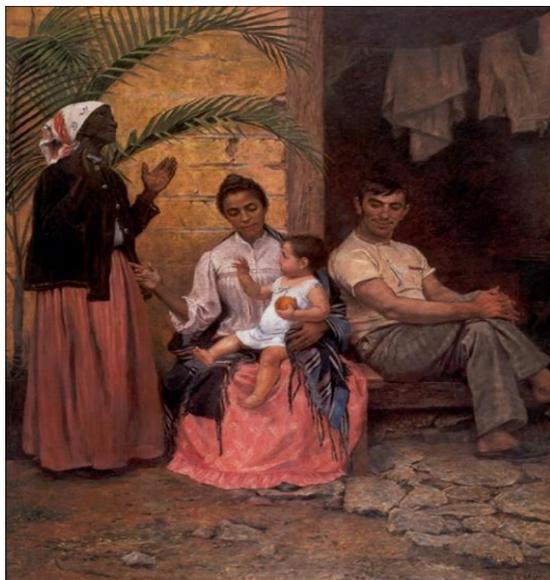


Figura 04 - A redenção de Cã
Data: 1895
Fonte: Escola Nacional de Belas Artes
Artista: Modesto Brocos

Então, pode-se encaixar a institucionalização do racismo como fator que contribui para a visão do estereótipo do homem nordestino. Sendo descendente direto dos escravos negros e indígenas da sociedade açucareira, como citado por Gilberto Freyre, o cabra nordestino traz consigo o estereótipo atribuído também a esses atores, já que para ALBUQUERQUE (1999), a construção do estereótipo do Nordeste, bem como de seu povo, se deu por fatores raciais também. Embora não seja muito debatido na atualidade, a institucionalização do racismo no Brasil é algo que determina o estereótipo tanto do negro quanto do nordestino. Fatores como a segregação socioespacial e o IDH das regiões podem servir de equiparação para o grau de tratamento desses atores como minorias desfavorecidas ainda hoje.

Segundo análise da Companhia de Planejamento de Brasília (2014), os nordestinos são maioria dos imigrantes que moram nas Periferias Metropolitanas do Distrito Federal. Em comparação, outro dado que mostra a segregação

socioespacial ligado diretamente à raça está em algumas pesquisas: conforme dados coletados pela organização TETO Brasil, nas favelas de São Paulo, em 2016, 70% dos seus moradores eram negros, incluindo aqueles que se autodenominam pretos e pardos. Quanto ao IDH, segundo análise do Boletim Regional do Banco Central do Brasil (2009), os estados do Nordeste são os que possuem menor Índice de Desenvolvimento Humano dentre as unidades federativas. Em equiparação, conforme divulgado no jornal O Globo (2017), segundo o IBGE, os negros correspondem a maior parcela dos pobres do país. Ou seja, segundo todos esses dados, é possível analisar que as condições tanto dos negros quanto dos nordestinos são bem parecidas quando colocamos esses parâmetros de equiparação.

Isso posto, observa-se que a questão da raça esteve presente na construção das imagens das regiões do Brasil, bem como das populações de cada uma delas. O negro, personagem que mais sofreu com o período escravocrata, é o mesmo que é visto como degenerado racialmente e, portanto, constrói-se em cima deste ator uma visão estereotipada e racista por parte da elite branca brasileira. Da mesma forma, utilizando-se de argumentos racistas, construiu-se a imagem do homem nordestino, do "cabra trabalhador". Dito isso, conclui-se que a raça esteve ligada ao determinismo do que era considerado desenvolvido no Brasil durante a construção da identidade nacional e, portanto, atrelar a visão do homem nordestino a como este ator se constitui etnicamente abre espaço para se debater um ponto crucial sobre como os estereótipos estão ligados ao racismo institucionalizado no Brasil e como isso é utilizado para submeter pessoas e regiões aos interesses de uma pequena parcela da população.

Em contrapartida, por que o brasileiro é visto como um povo harmônico se existem contrastes sociais, regionais e raciais tão grandes? Isso é explicado pela imagem da democracia racial que foi construída sobre o passado, que Freyre contribuiu quando publicou seus livros sobre a sociedade escravocrata e que criou uma harmonia entre senhor de engenho e escravos que, trazendo para o contexto de raças analisado por este trabalho, não funciona muito bem.

Assim, o estereótipo do cabra nordestino também está ligado ao mito da harmonia de raças e da democracia racial, cujo assunto está abordado nas próximas páginas desta monografia.

4. O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL: A QUESTÃO RACIAL COMO PARTE DA XENOFOBIA INTERNA NO BRASIL

Sendo esta monografia uma análise crítica das obras de Gilberto Freyre, cabe ressaltar e citar o que este sociólogo, embora não tenha detalhado e dedicado seus estudos às relações entre raça e classe, retoma como símbolo um fator determinante para o estudo da formação social brasileira: a democracia racial. Ao escrever *Casa Grande & Senzala*, Freyre cria uma simbologia de harmonia entre brancos e negros. Sendo assim, mesmo com uma obra cheia de antagonismos, Gilberto consegue, com maestria, criar o equilíbrio entre contrários.

É isto que será criticado neste capítulo final, porém retomando a imagem do cabra nordestino como o agente resultante da miscigenação, dita por Gilberto como harmônica entre negros, brancos e indígenas. Observando os dados comparativos do capítulo anterior deste trabalho, é possível associar que a questão da raça e, de certa forma, da classe social (trabalhador nordestino) são fatores que se aproximam estatisticamente e que formam o estereótipo do homem da região. Sendo assim, de acordo com a questão da raça, da formação da identidade nacional brasileira, da regionalização do país no início do séc. XX e sobre a questão do trabalhador nordestino (o verdadeiro cabra), é possível observar que a xenofobia interna no Brasil advém dos estereótipos de classe social, esta que deriva de questões raciais.

Um dos sociólogos que mais criticou as obras de Freyre foi Florestan Fernandes (1920 - 1995). Em seu livro *Significado do Protesto Negro* (1989), Florestan conseguiu evidências e pôde argumentar sobre a inexistência de uma democracia racial no Brasil, esta que era vendida como imagem do país no século XX. O Brasil estava longe de viver o que Gilberto contou em seus livros, mas, com essa ideia na cabeça do povo brasileiro, seria mais fácil manter as

relações de poder. Um trecho, retirado do livro de Florestan, exemplifica bem a visão do autor sobre a democracia racial: não passa de um mito.

“Colocando-se a ideia de democracia racial dentro desse vasto pano de fundo, ela expressa algo muito claro: um meio de evasão dos estratos dominantes de uma classe social diante de obrigações e responsabilidades intransferíveis e inarredáveis. Daí a necessidade do mito. A falsa consciência oculta a realidade e simplifica as coisas. Todo um complexo de privilégios, padrões de comportamento e “valores” de uma ordem social arcaica podia manter-se intacto, em proveito dos estratos dominantes da “raça branca¹”, embora em prejuízo fatal da Nação.”(FERNANDES, 1989, p. 13)

Florestan, como sociólogo marxista, começa a desconstruir a democracia racial fazendo diversas correlações das classes sociais brasileiras atreladas à questão da raça. Em outras palavras, era nítido, para ele, que a democracia racial era um artifício criado para manter a ordem de classes, sendo os mais pobres trabalhadores, formados por negros, em suma, e os mais ricos brancos, descendentes dos colonos. Assim, este mito foi construído para que as classes subjugadas não se rebelassem e, de certa forma, funciona muito bem até hoje. Estando a questão racial atrelada a uma classe, é possível observar uma correlação do estereótipo criado sobre o cabra nordestino e o preconceito regional presente até hoje no Brasil. Uma pesquisa do ano de 2014, feita pela ONG SaferNet, mostra uma explosão no número de ofensas a negros e a nordestinos feitas pela internet durante o período de 2013 para 2014.

Não obstante, cabe ressaltar que foi no mesmo ano de 2014 que a ex-presidente Dilma Rousseff foi reeleita com maioria de votos do nordeste, já que as propagandas eleitorais e os feitos dos governos do PT agradavam grande parte dos trabalhadores nordestinos. Assim, estando longe desta monografia a propaganda política, mas sim o mito da democracia racial, cabe ressaltar que, em pleno séc. XXI, atitudes xenofóbicas e racistas se mostraram presentes depois da eleição de um governo dito como popular por muitos. Então, evidencia-se que o fator da identidade regional, construída de forma parcial durante o início do século passado, está repleto de considerações históricas do darwinismo social e do racismo científico que, criados de modo a justificar o

domínio étnico branco sobre as outras etnias, principalmente a negra, criou a imagem do cabra nordestino como o trabalhador fruto da “degeneração”, citado por Albuquerque (1999).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir, é importante notar que o cabra nordestino externa a figura do trabalhador, do descendente dos homens e mulheres cujo bicolor das mãos refletem o símbolo da importância de olhar a “igualdade plena” com criticidade, para que não haja mais o racismo velado. É papel das instituições educacionais e culturais debaterem, mais do que nunca, as inúmeras falácias construídas através deste mito que, infelizmente, ainda está presente no inconsciente da população brasileira. O brasileiro visto como harmônico e formado pela miscigenação de culturas esconde um passado escravocrata em que milhares de pessoas foram raptadas de suas terras de origem, separadas de suas famílias e trazidas para o trabalho forçado, seja nos engenhos de cana, nos cafezais ou nas minas gerais.

A importância da história, da antropologia e da sociologia para compreender estes fenômenos sociais é de suma importância, sobretudo para os jovens. Não seria possível pensar sobre tudo isso sobre o cabra nordestino sem ter uma base educacional boa e tratando a ciência como mero instrumento para engrandecimento do currículo profissional. Por fim, apesar dos principais sociólogos e historiadores aqui citados tenham deixado legados escritos no séc. XX, é possível observar que este assunto continua nos tempos contemporâneos. De quantos mais atores sociais brasileiros podemos enquadrar a democracia racial como artifício para mascarar a ideia de classe? Eis a dúvida que este trabalho, como ciência, evoca aos leitores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Durval Muniz De. *A invenção do nordeste e outras artes*: 4 ed. [S.L.: s.n.], 1999.

AGÊNCIA BRASÍLIA. *Nordestinos são maioria dos imigrantes que vivem no df*. Disponível em: <<https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2014/08/09/nordestinos-sao-maioria-dos-imigrantes-que-vivem-no-df/>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo*: (1888 - 1988). [S.L.]: Edusc, 1998.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Boletim regional do banco central do brasil*. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2009/01/br200901p.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

DOMINGUES, Petrônio. *Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição*. 1 ed. [S.L.]: Senac, 2003. 400 p.

FERNANDES, Florestan. *Polêmicas do nosso tempo: O significado do protesto negro*. São Paulo: Cortez Editora, 1989.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*: 48 ed. São Paulo: Global, 2003.

FREYRE, Gilberto. *O nordeste*. 1 ed. São Paulo: Global, 2013.

HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

IPEA. *Desigualdades raciais, racismo e políticas públicas: 120 anos após a abolição*. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/pdfs/comunicado/080513_comunicadoipea04.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2018.

IBGE. *PNAD Contínua Tri: Taxa de subutilização da força de trabalho é de 24,7% no primeiro tri de 2018*. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/21246-pnad-continua-tri-taxa-de-subutilizacao-da-forca-de-trabalho-e-de-24-7-no-primeiro-tri-de-2018.html>>. Acesso em: 25 mai. 2018.

JÚNIOR, Reinaldo De Lima Reis. *Cidade, trabalho e memória: os trabalhadores da construção de Brasília (1956-1960)*. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Minas Gerais, jul. 2008. Disponível em: <http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/ciencsociais_reisrl_1.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2018.

O GLOBO. *Brasil tem 52 milhões de pessoas na pobreza, o equivalente a toda a África do Sul*. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/brasil->

tem-52-milhoes-de-pessoas-na-pobreza-equivalente-toda-africa-do-sul-22191451>. Acesso em: 02 jun. 2018.

O GLOBO. *Relatório detalha em números explosão de preconceito na internet em 2014*. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/tecnologia/relatorio-detalha-em-numeros-explosao-de-preconceito-na-internet-em-2014-15299044>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil*: 1 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

TETO BRASIL. *Pro dia da consciência negra*. Disponível em: <<http://www.techo.org/paises/brasil/informate/pro-dia-da-consciencia-negra/>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

AGRESSÕES DE ESTADO: UMA BREVE ANÁLISE SOBRE A CONJUNTURA SOCIAL BRASILEIRA E AS POSSÍVEIS BASES DAS ATUAIS INVESTIDAS NO RIO DE JANEIRO

Fernando Coelho de Jesus

RESUMO

O presente artigo objetiva analisar como as relações de violência de Estado do século XIX no Rio de Janeiro se formaram, em busca das origens que possibilitaram a série de agressões e segregações dentro do espaço urbano encontradas na atualidade. Para análise, será abordado o recorte histórico entre o final do século XIX e o início do século XX, devido à rica compilação de acontecimentos como o fim da monarquia, a República Oligárquica, a Reforma Pereira Passos, a Crise de 1929. Todos esses eventos impactaram a formação sociopolítica do recém formado Estado Unidos do Brasil, em que o Rio de Janeiro, então capital, se constitui como um espaço bastante simbólico de transformações, revoltas, segregações e corrupções, levando a cidade à desenvolver-se segundo os reflexos desse contexto.

INTRODUÇÃO

Para se compreender as relações dentro da sociedade brasileira, é necessário analisar as microrrelações existentes na sociedade. O Brasil é um país de diferentes histórias, contextos e origens, e o que é disseminado pelos meios pode não representar a verdade absoluta, ocultando, por desconhecimento, certas realidades, ou, até mesmo, distorcendo propositalmente os fatos encontrados em prol do favorecimento de algum ponto de vista.

O Brasil foi fundado sobre uma ótica de exploração. Primeiro, o império, através de um monarca – que, por definição, exerce um poder soberano sobre a sociedade. Depois, a república, que desde o princípio era corrompida e não representava o povo, de fato. A política no Brasil sempre foi instaurada através de articulações de interesses. No império, pelo interesse do imperador e da nobreza. Na república, por meio dos grandes políticos influentes, vide a elite cafeeira, que se apropriou de diferentes estratégias para reger a máquina pública, como o voto de cabresto. O discurso sobre contrato social, estado de bem social, e afins, sempre foram uma ilusão no Brasil.

Como um agravante dessa situação, encontramos no país um caso em que os indivíduos que compõem a sociedade divergem nos seus respectivos contextos, e como consequência, divergem nos seus valores quanto ao que é certo e errado, verdadeiro ou falso, interessante ou desinteressante. O sistema político representativo atual – em tese, democrático – falha em representar o individual. É uma simbólica ilusão de que a individualidade é o que compõe o todo, mas que na verdade, a média não é aritmética. Os regimes e valores da sociedade são os das classes dominantes – não necessariamente dominantes economicamente, mas politicamente e culturalmente também.

As pessoas se adequam à viver em sociedade na medida em que seus comportamentos são adestrados – seguindo a ótica Foucaultiana encontrada em *Vigiar e Punir*. Por mais que lutemos pelas nossas vontades, desde o berço, a nossa vontade já foi regida sob um regime ditatorial de valores. Logo, no Brasil, a ilusão de sermos representados é uma ilusão de uma ilusão, e são justamente essas fragilidades na democracia brasileira que sempre foram exploradas para o benefício dos detentores de poder.

O CENÁRIO

No Rio de Janeiro, durante a segunda metade do século XIX, a política higienista ganhou força devido às constantes epidemias de febre amarela, malária e varíola, e apresentava como uma das propostas principais a destruição de habitações coletivas, consideradas vetores das enfermidades que interrompiam as atividades econômicas e prejudicavam a imagem internacional da capital. A demografia da cidade era majoritariamente composta por africanos e afro-brasileiros, além de europeus de origem portuguesa, em menor proporção. O acelerado crescimento populacional após a abolição da escravatura (1888) causou impactos, aumentando o processo de migração em direção à cidade do Rio de Janeiro (Abreu, M. 1997). Entre 1870 e 1890, a população da cidade passou de 235 mil para 520 mil habitantes, apresentando um crescimento de 120% em apenas 20 anos (Santana, F. e Soares, M. 2006 apud Souza e Silva, J e Barbosa, J. 2005).

O fim da escravidão e o agravamento da crise da economia cafeeira contribuíram para um forte impacto no tecido urbano carioca. A nova liberdade conquistada pela antiga mão-de-obra escrava somada ao aumento do valor das terras exerceu grande influência para a migração em direção à capital. Esse contexto gerou contradições econômicas, urbanas e industriais, provocando a formação de um grande número de trabalhadores industriais de reserva e um desequilíbrio entre o crescimento populacional e a geração de emprego e renda.

A população pobre e marginalizada pela dinâmica socioeconômica evidenciada sofria com a falta de moradia e emprego. Tensões existentes entre as classes sociais começaram a ser cada vez mais expostas, à medida que número de pessoas que se estabeleciam no centro da cidade aumentava. Embora a grande concentração de mão-de-obra fosse fundamental para a industrialização em curso, a informalidade e a intermitência do emprego eram empecilhos para que muitos trabalhadores pudessem se sustentar em meio aos elevados custos de transporte e aluguel.

Os membros da elite habitavam grandes casarões em bairros privilegiados, os quais continham infraestrutura adequada e eram providos da presença do poder público, enquanto grande parte da população era forçada a habitar edificações coletivas degradadas e precárias para sobreviver. Com o déficit habitacional no Rio de Janeiro e a alta demanda por moradias próximas ao mercado de trabalho, a população passou a ocupar morros localizados nas proximidades da “cidade velha”, com habitações originariamente constituídas de materiais como madeira e chapas de zinco, provindos principalmente do descarte de materiais das construções, ou fruto de demolições.

Um dos exemplos do crescimento de edificações precárias nas encostas é o Morro da Providência, localizado na Zona Portuária do Rio de Janeiro, próximo ao centro da cidade. Apesar do Morro do Castelo ser o primeiro morro a ser ocupado na cidade, com as primeiras habitações sendo estabelecidas no século XVI, esse se diferencia do exemplo tradicional de favela, já que foi estabelecido durante a colonização devido à sua posição militar estratégica,

com vista para a Baía de Guanabara, e com o Forte de São Januário em seu topo por esta razão. A primeira favela da cidade foi edificada na interseção dos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo. Fora prometido aos soldados veteranos que retornavam da rebelião de Canudos moradias na Capital para que se estabelecessem, todavia, após muito se passado à espera da promessa, optaram por ocupar definitivamente as encostas do Morro da Providência (Zaluar, A e Alvito M. 1998).

A consolidação da primeira favela para os meios midiáticos e para história hegemônica foi durante a passagem do século XIX para o XX. O Morro da Providência ou “*Morro da Favela*” se tornou o referencial para as habitações com as mesmas características. Nesse ínterim, as habitações também passaram a ser encaradas como problema pelas autoridades e classes abastadas (Souza e Silva, J e Barbosa, J. 2005), mas o problema em pauta ainda eram as habitações coletivas do núcleo central, que não paravam de crescer, ameaçando a frágil relação entre as diferentes classes sociais que compartilhavam os serviços da pólis. A administração municipal, então, aproveitou o caos urbano e as tensões entre as diferentes classes sociais para justificar sua política de erradicação das moradias coletivas em nome da ordem e da higiene. (Carvalho, L. 1995).

Com a prerrogativa de “curar” uma cidade doente, as políticas higienistas acabaram por agravar mais ainda a crise habitacional, desencadeando, dentre muitas coisas, a segregação residencial e ressaltando a estratificação social na cidade. Além disso, o processo de expansão física da cidade restringiu certas áreas da cidade à classes abastadas, por meio da monetização de terras e do capital especulativo, sendo a Zona Sul um exemplo desse processo.

A expansão social na cidade também provocou impactos no tecido urbano, como o estabelecimento de bairros industriais e vilas operárias. O bairro de São Cristóvão, localizado na Cidade Nova, é um exemplo de tal processo, que levou à migração da elite e à sua transformação em bairro industrial de população operária. Por ser o bairro melhor servido por ferrovias,

energia, e sistemas de água e esgoto, somada à ligação com a Zona Portuária, São Cristóvão se tornou o espaço industrial mais importante da cidade.

Com a migração da Elite em direção à Zona Sul, o centro da cidade se tornou uma área dominada pela classe operária. A proximidade com o mercado de trabalho, os custos elevados com o transporte e os baixos salários fizeram do centro político e administrativo uma área residencial decadente e degradada. Devido ao descontentamento das classes dominantes, em contato com os graves problemas urbanos, o governo municipal executou uma reforma radical contra as habitações coletivas”. Abreu, M. (1997) descreveu que:

... a administração do Prefeito Barata Ribeiro que, em 1893, empreendeu verdadeira guerra aos cortiços, dentre os quais o célebre Cabeça de Porco, cuja destruição foi necessário planejar todo um esquema policial-militar. Começa aí um processo de intervenção direta do estado sobre as áreas centrais da cidade, que viria se intensificar sobremaneira a partir do início do século e que seria responsável pelo aumento da estratificação social do espaço carioca... (Abreu, M, 1997:50)

É evidente que o *choque de ordem* realizado pelo Prefeito Barata Ribeiro em 1893 abriu caminhos para novas intervenções no espaço urbano carioca na década seguinte. Por meio de uma coalizão entre o poder público e a elite carioca, a capital do país passou por transformações que objetivavam adequá-la às exigências do capital monopolista (Santana, F. e Soares, M. 2006).

A INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO

Em 16 de fevereiro de 1964, o governo decretou uma intervenção federal aplicada à área de segurança pública, que, por meio da centralização de poder nas mãos de um interventor, o general do Exército Walter Souza Braga Netto, buscava a manutenção da ordem pública no estado. O general, estando diretamente subordinado à Presidência da República, passou a ter o comando direto sobre as polícias estaduais, o Corpo de Bombeiros e sobre a Secretaria de Administração Penitenciária até 31 de dezembro desse mesmo ano.

Tal decreto, objetivava também aumentar a cooperação entre as diferentes forças de coerção do estado, dando autonomia ao interventor para que exerça controle operacional de todos os órgãos estaduais de segurança pública, podendo usar de seus bens, serviços e servidores para emprego nas ações de intervenção.

Por outro lado, há controvérsias no que diz respeito à natureza militar do cargo de Interventor. Segundo Eloísa Machado de Almeida, coordenadora da FGV Direito, “a intervenção federal permite a substituição da autoridade política estadual pela federal, mas não a substituição da autoridade política civil por uma militar”. Pela natureza do cargo ser militar, a jurisdição sobre eventuais crimes cometidos em decorrência da intervenção deve ser exclusivamente militar, e, portanto, não à Justiça comum, dificultando o controle civil e democrático sobre as atividades da intervenção.

Diversas entidades questionaram a constitucionalidade dessa medida, alegando que devido ao caráter de excepcionalidade da intervenção, o decreto deveria ser mais específico quanto às suas motivações e ao seu escopo. Alega-se que o motivo apresentado de “pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública” é pouco esclarecedor, ainda mais no que tange às atribuições do Interventor.

Os dados são claros, segundo o Observatório da Intervenção, foram 1.2 bilhões gastos, 206 casos de violências e violações, 1375 mortes decorrentes de ação policial, 711 operações, 99 casos de vitimização de agentes de segurança pública. Dentre os casos mais recorrentes de tipos de violência e violações: ocorrências de bala perdida (122), execuções/homicídios (26), casos de agressões físicas (21) e casos de excesso do uso da força (20). Os principais autores dos casos mais recorrentes de violências e violações: bala perdida (112 casos), Polícia Militar (65), Forças Armadas (12), Polícia Civil (9).

2019

Nos últimos anos, encontramos discursos que perpetuam o mesmo contexto encontrado nos séculos XIX e XX, com falas marcantes de representantes políticos, como a do governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, que estimula políticas de segregação – no caso, de extermínio – quando afirma que: “O correto é matar o bandido que está de fuzil. A polícia vai fazer o correto: vai mirar na cabecinha e... fogo! Para não ter erro”, dentre muitos outros exemplos.

Mesmo com todas as ações na área de segurança pública em 2018, com um investimento 1.200 milhões por meio de crédito extraordinário federal, o discurso permanece o mesmo. O Estado continua a responder à violência com mais violência, apesar da mesma ser uma consequência da ausência governamental em áreas da sociedade. O ensino público defasado e a falta de assistência social à população socialmente fragilizada são algumas das causas que corroboram a manutenção do estado de violência no Rio de Janeiro.

A NECROPOLÍTICA

Denota-se importante para a compreensão do tema, o conceito de Necropolítica, originado à partir da ótica Michel Foucault acerca das formas em que o *poder* se manifesta na sociedade.

Durante o período colonial brasileiro, foi estabelecido no país uma política de violência e morte sendo sustentada pelo racismo. Durante a república, com a prerrogativa de desenvolvimento e progresso, essa mesma política permaneceu sobre a população pobre, negra e marginalizada - sempre discriminada pela classe dominante. A manutenção da percepção do “outro” como um atentado à vida, como um inimigo, foi encontrado durante toda a história do Brasil, mas não é exclusividade nossa. Durante o Nazismo, por exemplo, a desumanização do inimigo foi o ponto culminante para a verdadeira industrialização da morte nos campos de concentração.

O autor do livro *Necropolítica*, Achille Mbembe, relaciona a ligação entre a modernidade e o terror nas práticas políticas do Antigo Regime, em que a tensão e a paixão do público por sangue, e as noções de justiça e vingança eram cruciais – e evidenciadas em rituais de morte, como o suplício. Uma das conclusões de Mbembe, é que as sociedades se encontram em meio a uma *Democracia de Exceção*, em que a política deixou de ser o exercício da razão na esfera pública – exercício de liberdade e autonomia individual – e se tornou um mito de: racionalidade, de autonomia pela razão, e de crença de que o sujeito é o controlador de seu próprio significado. A problemática não está na luta pela autonomia, mas na instrumentalização generalizada da existência humana (globalização) e a destruição material dos corpos humanos e das populações.

Achille M. define a soberania como o direito de matar. Nessa concepção, o Estado de Exceção e a relação de inimizade fundamentam a política da morte. A inimizade não é declarada pelos supostos inimigos, mas sim criada pelos próprios entes soberanos; é uma inimizade ficcional. Da mesma forma, o poder também determina Estados de Emergência e Exceção que justifiquem tal direito. A isso, relaciona-se o caso da conquista e colonização da América Latina, onde a lei dos Estados colonizadores estabeleceu que todos os indígenas que resistissem à catequese pelas missões jesuítas deveriam sofrer punição – que ocorreu por escravidão, por guerras, por genocídio, como é explicado pelo ambientalista Ailton Krenak no primeiro episódio da série *Guerras no Brasil*.

Krenak, na série, menciona como os colonizadores imaginavam que os nativos não tinham alma, o que se relaciona diretamente com a instituição do racismo como um mecanismo de justificação do biopoder e da necropolítica aplicada. A suposta desumanidade de povos estrangeiros seria o motivo da dominação se fazer necessária. Os nativos representavam uma ameaça para os povos colonizadores, logo, a morte desses resultaria, portanto, no aumento da expectativa de vida dos dominadores.

Mbembe exemplifica que nunca houve uma fusão da racionalidade com o terror como durante a Revolução Francesa. Durante esse período, a política

de terror era parte da política. Após esse período, o protagonismo passa gradativamente a sair do povo, com esse se tornando figura retórica. Os teóricos do terror defendem a soberania do Estado, pois acreditam ser possível distinguir entre o “erro” do cidadão e o “crime” do contrarrevolucionário da esfera política. Assim, a política do terror se torna aplicável dentro de um Estado de Exceção, sendo a política uma força capaz de ser maleável pela razão, a fim de que o Estado seja capaz de ter autonomia para que o “erro” seja minimizado, a verdade, reforçada, e o inimigo eliminado.

Achille M. também analisa Marx sobre a ótica do terror. *Os pressupostos centrais do marxismo clássico não deixam escolha a não ser a tentativa de introduzir o comunismo por decreto administrativo, o que, na prática, significa que as relações sociais devem ser desmercantilizadas pela força.* O sujeito da modernidade marxiano é, fundamentalmente, aquele que tenta provar a sua soberania pela encenação de uma luta até a morte, exemplificando que o terror não está ligado exclusivamente à crença no poder irrestrito da razão humana.

O autor também aborda como a escravidão esteve no centro do terror moderno. Através do sistema de plantation e de escravidão implantados nas colônias, foi estabelecido um Estado de Exceção, em que a desigualdade do poder sobre a vida se estabelece como comércio. A característica mais original dessa formação de poder é a fusão entre o Biopoder e o Estado de Exceção (onde o racismo é fundamental para a existência desse modelo). Para Mbembe, o nazismo e o stalinismo apenas fizeram uma ampliação de uma série de mecanismos que já existiam nas formações sociais e políticas da Europa Ocidental.

Por fim, conclui-se que um traço persistente no pensamento filosófico moderno é a representação da colônia como um lugar em que a soberania consiste fundamentalmente no exercício de um poder à margem da lei - o exercício do poder assume um estado de paz como uma guerra sem fim.

As colônias são lugares em que o Estado de Exceção opera com vistas à civilização (Pág. 35).

CONCLUSÃO

Durante a intervenção 2018, as forças policiais/militares entrevistaram, propositalmente, sobre áreas específicas da cidade, em geral, em favelas, em regiões pobres, em localidade com população majoritariamente negra e em áreas marginalizadas. Historicamente, esse não foi o único caso Estado de Exceção criado pelo governo. Sobre outros pretextos, ou com nomes diferentes, também ocorreram durante a República Velha, o Estado Novo e a Ditadura Militar. Entretanto, desde a promulgação da Constituição de 1988, o governo atuava pela ótica da Garantia da Lei e da Ordem (GLO), por ser menos invasiva na autonomia política e administrativa da localidade em que o decreto fosse aplicado, e por se configurar como algo semelhante a uma “parceria” entre as diferentes esferas governamentais, ao contrário de uma intervenção federal, de fato.

Em síntese, os eventos citados no presente artigo transpassam a reincidência na qual o Estado opta por agir coercitivamente sobre a população ao invés de solucionar a origem dos diversos problemas sociais abordados. Por mais que o Estado de Exceção mais aparente no Rio de Janeiro tenha sido o de 2018, é possível concluir que houve múltiplos outros, camuflados por diferentes discursos e propostas governamentais.

Sob uma ótica mais radical, pode-se dizer que a cidade se formou, se transformou, e hoje só funciona sobre um Estado de Exceção. Em um mesmo espaço urbano encontramos diferentes zonas, segregadas de acordo com renda e etnia, maior ou menor assistência social estatal, mais ou menos casos de violência. E para tudo não colapsar, o Estado atua como regulador de toda essa “estratificação socioespacial”, elegendo quem deve viver ou pode-se deixar morrer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício de (org.) *Rio de Janeiro: Formas, Movimentos e Representações: Estudos da Geografia Histórica Carioca*, Rio de Janeiro-RJ: Da Fonseca da Comunicação, 2005.

_____, *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro-RJ, ZAHAR/IPLANRIO, 1997.

CARDOSO, Elizabeth; Vaz, Lilian Fessler; et alli. *História dos Bairros: Saúde, Gamboa, Santo Cristo, Zona Portuária*. Rio de Janeiro: João Fortes Engenharia/Index, 1987.

CARVALHO, Lia de Aquino de. *Habitações Populares*, Rio de Janeiro-RJ, Biblioteca Carioca, 1995.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro. RJ, Editora Vozes, 1998.

_____, *Vigiar e Punir*. Rio de Janeiro. RJ, Editora Vozes, 1987.

As Guerras da Conquista. AS GUERRAS DO BRASIL.doc. Direção: Luiz Bolognezi. Produção: Laiz Bodansky. São Paulo: Buriti Filmes, 2018. HD (26min.).

MBEMBE, A. (2018). *Necropolítica*. São Paulo, sp: n-1 edições

SOUSA e SILVA, Jailson e Barbosa, Jorge Luiz. *Favela: Alegria e Dor na Cidade*. Rio de Janeiro, RJ, SENAC, 2005.

ZALUAR, Alba e Alvito, Marcos. *Um Século de Favela*. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

Jornais, Revistas e Censos

FOLHA DE SÃO PAULO, Rio de Janeiro, 14 de fevereiro 2019. Disponível via internet em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/02/intervencao-no-rio-nao-gerou-mudancas-efetivas-conclui-estudo.shtml>. Acessado em 26 de novembro 2019.

IPEA, A Intervenção Federal no Rio de Janeiro e as Organizações da Sociedade Civil, janeiro de 2019.

OBSERVATÓRIO DA INTERVENÇÃO. Disponível via internet em: <http://www.observatoriodaintervencao.com.br>. Acesso em: 27 de novembro 2019.

JUSTIFICANDO, 16 de fevereiro de 2018. Disponível via internet em: <http://www.justificando.com/2018/02/16/decreto-de-intervencao-federal-no-rio-de-janeiro-e-inconstitucional/>. Acesso em: 27 de novembro 2019.

GLOBO, Rio de Janeiro e São Paulo, 16 de fevereiro de 2018. Disponível via internet em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/intervencao-federal-no-rj-e-a-1-desde-a-constituicao-de-1988.ghtml>. Acesso em: 28 de novembro 2019.

HISTÓRICO DO CINEMA NEGRO BRASILEIRO E A TRAJETÓRIA DE ZÓZIMO BULBUL

Raquel Verdan Farias

e Lucas Sena Lima Sá

O que é cinema?

Seja pelo senso comum ou por certas experiências adquiridas após uma vida inteira assistindo filmes, a palavra cinema traz consigo muitas referências. Podemos lembrar dos grandes estúdios, como os de Hollywood, de atores famosos e de salas escuras de cinema com seu grande público. Cinema é algo que virou parte do cotidiano, sendo uma prática simples e que não está mais atrelada a lugares físicos como foi na época em que foi inventado. Contudo vai muito além do entretenimento, sendo, como a história confirma, um mecanismo de protesto e disseminação de ideias revolucionárias ou ligadas a movimentos sociais. O cinema é uma linguagem com um aspecto político. A sétima arte é uma forma de expressão e vemos seu produto final, o que é exibido nas telas. Porém, a produção cinematográfica também possui uma cadeia produtiva por trás que define o roteiro, o público-alvo e o objetivo do filme que como supracitado, pode ser para mero divertimento ou como disseminador de ideias políticas.

O Cinema Novo

O Cinema Novo se deu início em 1950 a partir de novas ideias que tinham como objetivo alterar a forma como o cinema brasileiro era produzido. Seus idealizadores tomaram uma consciência cultural e política pautada na representação da realidade brasileira da época. Portanto, o anseio dos cineastas era mudar a forma como o cinema era feito e, conseqüentemente, toda a crítica, estética e forma de realização dos filmes. A intenção era criar filmes independentes e fora dos moldes hollywoodianos e também mudar o tipo de cinema que estava sendo produzido pelos grandes estúdios da época, a Vera

Cruz e a Atlântida. O Cinema Novo possuía um aspecto de cinema político, que buscava ser um instrumento para mudar a realidade da nação e ser o primeiro a representar a situação crítica em que o país se encontrava. Era cinema de baixo orçamento, atores sem formação e cenários do cotidiano, a fim de tratar desses assuntos da forma mais realista possível, era um cinema engajado com as problemáticas da época. (Carvalho, Domingues, 2017, p.02)

Alguns de seus idealizadores foram Glauber Rocha, Nelson Pereira dos Santos, Carlos Diegues, entre outros que em sua maioria eram filiados ou simpatizantes do PCB, o Partido Comunista do Brasil e que integraram, em algum momento de suas carreiras, o Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE). (Carvalho, Domingues, 2017, p.377) Uma problemática que o Cinema Novo não deixou de representar foi o racismo e as formas exotizadas, estereotipadas e de inferiorização que a imagem que o negro era encenada nas produções da época. Portanto, a abordagem racial foi feita nos filmes do Cinema Novo, como seus aspectos culturais e sua história, o que contribuiu para a construção de uma imagem e representação afro-brasileira. Entretanto, a forma como a temática racial era abordada no Cinema Novo ainda não era o ideal para a comunidade negra e a crítica da época, pois a cor dos personagens não era o aspecto principal das películas e os seus realizadores eram brancos, o que significava uma representação influenciada pela branquitude e visão idealizada.

O que é cinema negro?

A participação de cineastas negros e negras no cinema nacional era escassa, e apesar de alguns atores terem papéis e espaço na cinematografia brasileira, o lugar deles não costumava ser na produção dos filmes. A representação do negro se dava através do olhar dos brancos, seja nas grandes indústrias cinematográficas da época ou até mesmo no Cinema Novo, o que muitas das vezes significava em não tratar das questões raciais, do racismo e da ancestralidade. A temática Cinema Negro foi debatida e possuía grande importância na época devido aos movimentos políticos que buscavam mais

direitos às populações negras e a crescente consciência racial que fora levantada. O Cinema Novo, apesar de tratar dessa temática, comumente tratava as desigualdades raciais como fruto de desigualdade de classes e contradições sociais o que acabava por não representar a real problemática, que era um racismo latente.

Com a proposta de representar a imagem das(os) negras(os) com um posicionamento político e crítico, onde as péssimas condições de sua existência no cenário brasileiro fossem história para as películas e para que sua história de vida, representado por um papel, fosse complexa e de multi aspectos, foi decidido criar fundamentos para a criação de um Cinema Negro.

A partir desse anseio por liberdade criativa e espaço na indústria audiovisual brasileira, cineastas negros se uniram para debater formas de criar um Cinema Negro e uma definição para tal. O jovem cineasta Jefferson De produziu o Manifesto do Cinema Negro Brasileiro que tinha como proposta definir as diretrizes para a construção de um cinema negro, que eram: o filme tem de ser dirigido por realizador negro brasileiro; o protagonista deve ser negro; a temática do filme tem de estar relacionada com a cultura negra brasileira; o filme tem de ter um cronograma exequível.

Filmes urgentes; personagens estereotipados negros (ou não) estão proibidos; o roteiro deverá privilegiar o negro comum brasileiro; super-heróis ou bandidos deverão ser evitados. Outro escrito sobre essa ótica foi o Manifesto Recife que conclamava o fim da marginalização dos atores, atrizes, apresentadores e jornalistas negros na indústria audiovisual. (Carvalho, Domingues, 2017, p.04) O movimento para que um Cinema Negro brasileiro se concretize e que represente as influências e aspectos presentes da cultura afro-brasileira em que nosso país foi construído, ainda está em constante transformação e em pauta, pois a luta por representatividade é constante.

Quem foi Zózimo Bulbul?

Nascido em 21 de setembro do ano de 1937 na cidade do Rio de Janeiro, Jorge da Silva é filho de Sebastião Alves Brito e Rita Maria da Silva. Sendo Zózimo seu apelido de infância e Bulbul uma palavra de origem africana, Zózimo Bulbul é o pseudônimo que Jorge escolhe para ser seu nome artístico, ato político comum nas décadas de 70/80. Em 1959 aos 22 anos, Zózimo ingressa na Faculdade de Belas Artes, em 1961 entra na militância pelo Partido Comunista do Brasil (PCB) e no mesmo ano passa a frequentar o Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes (CPC - UNE) e lá Zózimo dá seus primeiros passos rumo à sua carreira profissional em 1962 ele atua no longa Cinco Vezes Favela (Leon Hirszman), resultado de sua aproximação com os diretores do Cinema Novo. No mesmo período, Zózimo também realiza trabalhos de atuação no teatro e cursa seminários de cinema ministrados pelo cineasta Arne Sucksdorff.

Em 1964, também no teatro, Zózimo atua em Bonitinha, mas ordinária de Nelson Rodrigues. No mesmo ano ele ganha o prêmio de ator revelação, e sob a direção de Haroldo de Oliveira, atua na peça Orfeu Negro. No ano de 1967, Zózimo trabalha como assistente de montagem para o montador argentino Nelo Melli, trabalho esse que o permitiu obter uma outra visão da realização fílmica. No ano de 1968 a censura da ditadura chega ao ápice com o Ato Institucional nº 5, o ambiente no Rio de Janeiro não é mais agradável, uma vez que Zózimo é militante do PCB e ficou identificado como “esquerda nacionalista”. Nesse momento, mudou-se para São Paulo em 1969. Nesta fase de sua carreira ele trabalhou na televisão e no cinema, a mudança para São Paulo foi feita de forma apressada, mas teve seus pontos “positivos”, afinal, a cidade sediava as principais empresas de comunicação do país. Após atuar em novelas na atual cidade, ele voltou a trabalhar com cinema e em 1969 ele co-produziu e atuou em República da Traição de Carlos Ebert, que pouco tempo depois foi censurado.

Não muito tempo havia se passado, e em seguida foi convidado para protagonizar Compasso de Espera, filme dirigido por Antunes Filho, na história

que aborda relações inter-raciais e preconceitos de classe e etnia, o personagem de Zózimo é um jovem intelectual negro que se apaixona por uma moça branca pertencente a uma família tradicional de São Paulo. É válido ressaltar que, esse filme talvez seja o único a utilizar o Estudo sobre relações raciais no Brasil feitos por Florestan Fernandes em 1950. 1973 é o ano que marca a nova fase na carreira de Zózimo sendo o ano em que ele realiza seu primeiro filme, *Alma no olho*, filme inspirado no livro de Eldridge Cleaver, militante do Partido dos Panteras Negras, a produção foi custeada por Eldridge que também escreveu o roteiro. Em 1974 produz junto à cineasta Vera Figueiredo o filme *Artesanato do Samba*

Pressionado pela censura do regime militar, que via em seu filme (*Alma no olho*) mensagens de alusão ao comunismo, Bulbul decide deixar o Brasil, se exilando primeiro na América do Norte e futuramente na Europa. No exílio Zózimo procurou outros exilados, entre os que encontrou estava aquele que viria a ser o Ministro da cultura no governo José Sarney, Celso Furtado. O encontro com Furtado seria benéfico no futuro, pois o mesmo o ajudaria a concluir o filme *Abolição* (1988). Ainda na Europa, mais precisamente em Paris, Bulbul dirigiu o filme para televisão, *Músicos brasileiros em Paris* de 1976. Após alguns anos longe de casa, Zózimo retorna ao Brasil no final de 1977 e pouco tempo depois, *Alma no olho* é premiado na VI jornada de cinema da Bahia. No próximo ano, Bulbul atua no filme *A deusa negra*, onde também fez assistência de direção. A produção cinematográfica é do cineasta Olá Balogun, foi uma co-produção nigeriana e brasileira

O fim da década de 1970 estava próximo, a lei da anistia promulgada no dia 24 de agosto de 1979, pelo presidente João Batista Figueiredo, indicava que o regime militar estava perto do fim. Nesse período Zózimo estava ligado intensamente ao movimento negro, atuando em organizações culturais e políticas, paralelamente a isso, seu retorno ao teatro é marcado pela peça *Ah, Ah, Esperança*, espetáculo produzido e dirigido por Bulbul no Teatro Opinião. Nos anos seguintes trabalhou com o diretor Flavio Rangel no espetáculo *Vargas*, o musical (1983), atua na peça de Augusto Boal, *Corsário do rei*(1985) no cinema

atua em algumas pornochanchadas, entre elas Gisele(1980), dirigido por Victor de Melo e A menina e o estuprador(1983), de Conrado Sanches.

No centenário da Abolição, Zózimo não só criticou a propaganda da Rede Globo, como a acusou de demagogia, em suas palavras; “Teve artista e gente do movimento negro que me cobrava, queria que eu fosse. Mas de graça para o Roberto Marinho eu não faço nada. Além disso, achei a maior demagogia” (CARVALHO, 2006: 187). Zózimo ainda tinha como objetivo apresentar o filme Abolição (1988), porém, a alta inflação da época consumiu todo o orçamento do filme, o que fez Bulbul recorrer ao seu amigo de exílio, Celso Furtado. Nos anos de 1990 Bulbul não dirigiu, afinal, o fechamento da Empresa Brasileira de Filmes (Embrafilme) foi um golpe no audiovisual nacional. Em 1995vai para Nova Iorque participar do III Festival de Filme Africano e Diáspora Contemporâneo e após 2 anos, em 1997 vai para o festival de Burkina Faso, XV Festival de Pan-Africano de Cinema e TV de Ougadougou. Na virada do século com a lei de incentivo à produção audiovisual, Bulbul retorna ao cinema produzindo e atuando. Em 2007 Zózimo funda o Centro Afro-Carioca de Cinema e em 2010 ele dirige Renascimento Africano, seu último filme.

O que é o Centro Afro Carioca de Cinema?

O Centro Afro Carioca de Cinema situado na Rua Joaquim Silva no Centro da cidade do Rio de Janeiro é um espaço de resistência que permite que cineastas negros e negras se unam para debater sobre Cinema e Cinema Negro. Os precursores do Cinema Negro foram extremamente importantes para a construção desse debate acerca do tema e o legado deixado por Zózimo, o Centro Afro Carioca, representa a continuação atual desse debate a da construção desse cinema. Com encontros periódicos, realização de cursos

gratuitos e sessões de filmes negros o Centro se tornou importante no papel da militância e da disseminação de ideias de igualdade racial e luta.

O Projeto do CEFET/RJ

Através da História Oral de pessoas que passaram no caminho de Zózimo Bulbul e o ajudaram a construir seu legado, o Projeto do CEFET/RJ busca unir tais depoimentos para construir o caminho trilhado por esse cineasta que foi tão importante para o audiovisual brasileiro. A fim de não permitir que essa figura seja invisibilizada e esquecida e que seu legado, o Centro Afro Carioca de Cinema, continue a atingir jovens cineastas promissores, o Projeto busca tornar acessível essa história tão rica que o cinema negro possui.

BIBLIOGRAFIA

CARVALHO, N. *O PRODUTOR E O CINEASTA ZÓZIMO BULBUL - O INVENTOR DO CINEMA NEGRO BRASILEIRO*. Revista Crioula, n. 12, 1 nov. 2012.

CARVALHO, N.; DOMINGUES, P. *A representação do negro em dois manifestos do cinema brasileiro*. Estudos Avançados, v. 31, n. 89, p. 377-394, 1 abr. 2017.

CARVALHO, N.; DOMINGUES, P. *DOGMA FEIJOADA. A invenção do cinema negro brasileiro*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 33, n. 96, p. 1-18, 22 ago. 2017.

O JORNAL MICRON E A DISCIPLINA IMPOSTA AOS ESTUDANTES: ANÁLISE DO JORNAL ESTUDANTIL E A INFLUÊNCIA NA VIDA DOS ALUNOS

Daniel Coutinho Rocha

O texto analisa o material coletado, as amostras do Correio da Manhã e Última Hora da década de 1950 e todas as edições disponíveis do Mícron, destacando a cultura escolar disciplinadora e nacionalista da Escola Técnica Nacional (ETN). A abordagem dialoga com trabalho de Rodrigo Borba, “Entre a Técnica e a Tática: Movimentos Estudantis na Escola Técnica Nacional (1967-1978)”. Ressalto a ideia de que as instituições escolares tinham um caráter disciplinador. Não afirmo isso sem base, visto que grande parte das matérias do jornal *Mícron - Órgão Oficial da Associação de Estudantes Técnicos da Indústria da Escola Técnica Nacional (1949-1967)* - abordam temas relacionados a patriotismo e ensino técnico, possuem um perfil persuasivo em relação a um determinado ponto de vista, podendo ser visto até como textos disciplinadores dos estudantes e que demonstram a importância de usar um padrão imposto à cultura dos alunos da escola da época.

Tal consideração pode ser facilmente notada ao lermos matérias como “Brasil Esperança do Mundo” (Scherpel, 1951). Ao ler tal matérias, podemos notar uma valorização da pátria brasileira de um olhar extremamente exclusivo e seletivo

Terra fecunda e maternal, que abriga e dá a gente toda na atitude e de todos os climas, sem preconceito de cor e sem ódios de raça, é o Brasil o cadinho em que se aprimora, para os séculos vindouros, uma civilização de caráter cristã e de espírito aberto ao bafejo de ideias nobres e humanas. Não foi em vão que encharcaram o seu solo o sangue do Jesuíta, as lágrimas, suor e sangue dos índios e donos da terra conquistada (...) A essa tarefa de civilização e de grandeza convoca o Brasil todos homens de boa vontade. A sua bandeira acena a todos quantos queiram trabalhar e criar. A terra é dadivosa e boa, como dela já dizia o escrívão Caminha. E os seus homens podem não ser arianos puros, mas são humanos e são cristãos.”(Scherpel, 1951, p. 6).

Jorge Scherpel era estudante do curso técnico, na *Escola Técnica Nacional*. Não foi possível encontrar informações de qual curso era aluno, mas o fragmento selecionado demonstra com clareza a supervalorização da cultura cristã e da raça branca ariana como a idealização do que há de perfeito na civilização brasileira. A utilização do jornal estudantil como meio de propagação dessa ideia mostra a ideologia racista e eurocêntrica proposta na época numa escola com uma enorme variedade de alunos, propagando, de forma até didática, o preconceito que é uma marca explícita da sociedade brasileira até os dias atuais. Esse aspecto era valorizado na cultura escolar da ETN.

Também observável a supremacia do cristianismo que reina no povo do Brasil até hoje em dia. Tais matérias de conscientização demarcam inúmeras menções ao Evangelho e de tentativas da doutrinação cristã num ambiente demarcado pela diversidade cultural vista até os dias atuais, resultando em vários fatores, inclusive, a intolerância religiosa, problema sociocultural que assola nossa pátria até a atualidade. Além da clara demonstração da idealização da cultura para o país, no mesmo período, encontrei matérias no jornal que demonstram, indiretamente, o controle da mentalidade dos alunos quanto à escolha do ensino técnico para suas vidas.

Em inúmeras matérias, tais como “A Europa e o Brasil no Desenvolvimento do Ensino Industrial” (Amrein, 1951) e em outra enorme quantidade de textos que abordam processos de produção industrial em que os técnicos formados na escola poderiam aplicar seus conhecimentos para grandes utilidades, podemos ver uma tentativa de criar uma mentalidade de que o ensino técnico

“A capacidade cerebral de um elemento humano é de incomensurável grandeza; porém a capacidade executiva e manual de um elemento humano é espantosamente pequena. Razão porque aconselho aos meus caros alunos, a fazerem pequenos programas. Deveis ambicionar, deveis desejar, deveis fazer projetos, porém de envergadura pequena, inscritos no círculo das vossas possibilidades (...). Orgulhai-vos, portanto, futuros Técnicos, da vossa grande missão, que vosso destino e a vossa grande missão, que vosso grande destino e a vossa benévola Pátria vos incumbiu.” (Amrein, 1951, p. 2)

Esse texto foi escrito pelo professor José Amrein, que atua na oficina de solda elétrica da escola. Na matéria, temos um pequeno histórico das origens do ensino técnico, dando valorização ao aspecto de que o que se aprende na ETN é o principal para levar a produtividade da nação adiante, pois é a única estrutura estudantil que garante a formação de alunos que saberão executar de forma prática algum tipo de trabalho. Até 1961, boa parte do período de vida do jornal, os estudantes da Escola Técnica Nacional não tinham a possibilidade de seguir com o ensino superior por conta das limitações que o sistema educacional da época proporcionava. Por serem estudantes do ensino técnico, seus cursos escolhidos determinavam sua carreira que seguiriam, sem possibilidade de estudar numa faculdade, o que causava uma grande desigualdade entre os técnicos e os diplomados em universidades.

Por conta desse aspecto, existe uma tentativa de valorização do sistema por parte do jornal para tentar convencer os alunos de que tomaram a decisão certa em se tornarem estudantes do ensino técnico, findando evitar grandes problemas e manifestações estudantis. À partir da edição 19, o jornal desenvolve um caráter mais voltado para o entretenimento, com seções de piadas e poemas, do que ter um foco político e informativo aos alunos. O espaço para o jornal se tornar mais popular e menos caracterizado por matérias educativas vai crescendo conforme o mesmo se desenvolve, já que a maior parte do que aparece nele é enviado pelos próprios estudantes, logo, procuram torná-lo mais atrativo para os mesmos.

Importante ressaltar também que, até o início dos anos 1960, mesmo que *O Mícron* seja feito e conduzido por alunos da escola, se assemelha mais à um jornal generalizado, para circulação por fora do colégio, representando assuntos não tão interessantes para quem o lê dentro da instituição, como ressaltado pelo diretor em mais de uma edição. Enquanto jornais como *Última Hora* e *Correio da Manhã* falam especificamente sobre o que acontece internamente na ETN - problemas de estrutura, acontecimentos internos, entre outros -, *O Mícron* silencia sobre as insatisfações que afetam diretamente a vida

dos estudantes. Usando isso como base, voltamos ao que falei no início. *O Mícron* tenta passar, indiretamente, uma cultura escolar disciplinadora e nacionalista dentro da escola, escrevendo textos específicos na tentativa de influenciar os alunos que os leem, enquanto jornais de massa informavam sobre o que realmente acontece de importante relacionado ao local de estudo dos jovens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORBA, Rodrigo. *Entre a Técnica e a Tática: Movimentos Estudantis na Escola Técnica Federal Celso Suckow da Fonseca (1967 - 1978)*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

FRANCO, Carlos Alberto. *A GLÓRIA DAS TRADIÇÕES, O Mícron*, 1949.

SHERPEL, Jorge M.. Brasil esperança do mundo. *O Mícron*, mar/abr.1951, p.6.

AMREIN, José. A EUROPA E O BRASIL NO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO INDUSTRIAL, *O Mícron*, 1951.

CONTO

AISHA

Victor Polck

Ela caminhava com o guarda-chuva protegendo sua cabeça. Procurava o ponto de ônibus, no meio de toda aquela chuva torrencial. Estava contando os minutos para chegar em casa, onde sua *maman* estaria fazendo uma janta impecável. Impacientemente, andou mais um pouco até avistar um grupo de pessoas e andou em sua direção. Ao chegar lá, ajeitou seu véu e lembrou-se de conferir as horas. Olhou para o céu e

viu que estava difícil saber se o Sol estaria se pondo ou não. Sua avó, aquela iraniana mirradinha, estaria um tanto quanto desapontada. Riu melancolicamente ao lembrar dela.

Pensou em Nice e olhou em direção à orla de Copacabana, tentando lembrar do quão triste era o fato de estar tão longe de casa. Tudo que havia de igual, entre as duas cidades, dava-lhe um aperto no coração. Na maior parte do tempo, isso não acontecia, mas era só olhar para as praias ou ver um pequeno jardim bem cuidado que os olhos se enchiam de lágrimas. Se deu conta de que algumas pessoas estavam olhando para ela. Ficou constrangida e fingiu estar vendo se seu ônibus estava chegando. Pegou seu celular para ver as mensagens que tinham acabado de chegar; seu *papa* estava avisando que chegaria um pouco mais tarde, por causa de problemas no trabalho. Um carro passou rapidamente em uma poça, o que fez todos darem um salto para trás. Guardou o celular, e viu que um ônibus iria parar no ponto. Quando o veículo se aproximou, leu os números e entrou logo atrás de uma senhora. Pegou seu Bilhete Único e logo buscou por um assento. Ao fim, pegou seu celular e mandou mensagem para seu irmão.

Desde que viera para o Rio, fora ele quem dera suporte à ela, durante os últimos períodos do Ramadã. A possibilidade de ligarem um para o outro, mesmo ele estando na França e ela, no Brasil, tornou tudo mais suportável. Ele

e sua avó eram seus últimos laços firmes com Nice. Seus amigos, em maioria, falavam com ela de tempos em tempos, mas os dois sempre mandavam mensagens ou ligavam para saber com tudo estava. Ela contava todas as novidades, mas omitia alguns fatos.

Sabia qual seria a reação dos dois ao contar que estava indo para bares, acompanhada de seus amigos da universidade. Ou ao contar que não era tão rigorosa com seus momentos de oração. Muita coisa havia mudado nestes últimos anos. Hoje em dia, questionava as posições das mulheres no Islã. Isso acabou gerando alguns conflitos em casa, como quando Aisha discutiu com *maman* o fato de seu irmão caçula poder voltar mais tarde que ela. As duas ficaram sem se falar por dois dias. Porém, ao meditar mais profundamente sobre essas questões, sabia que Alá entendia como ela estava se sentindo. Não havia como Ele estar contra ela, condenando-a. Ele é misericordioso e carinhoso, sempre olhando por ela. Ficar mais próxima dele tornava cada provação e cada barreira social mais fácil de ser superada. O fato de ser uma mulher e professar a religião Islâmica faz com que suas amigas a olhem com pena, porém, ela sabe quem realmente tinha liberdade. Ela sabe o que muitas de suas irmãs de fé sofrem, mas entende que a sua própria escolha de usar o véu, faz com que ela seja livre também.

Uma senhora sentou ao seu lado e começou a puxar assunto; falou sobre o quanto um dia chuvoso ainda era bonito, e todos deviam agradecer à Deus por isso. Aisha sorriu ao lembrar da avó, então resolveu papear. As duas foram conversando por toda orla, enquanto a chuva batia nas janelas. Aquele pequeno momento de conversa pareceu durar uma eternidade. Fez com que ela se sentisse um pouco melhor. Quando viu que seu ponto se aproximava, a garota se despediu da senhora e fez o sinal de parada. Desceu e acabou esbarrando com seu irmão. Abraçou-o, e pegou parte das sacolas que ele carregava para poder ajudar. Ela chamou o elevador, enquanto os dois conversavam sobre o dia. Enquanto subiam para o apartamento, riam das bobagens que ele falava. Ao colocar a chave na porta, ouviram os latidos de Lily que logo veio pulando

pedindo carinho dos dois. Colocaram as compras na despensa e sentaram-se na cozinha, para conversar com sua *maman*.

Ela já estava reclamando do quanto os produtos estavam caros, e que só com a bênção de Alá estavam conseguindo sobreviver. Ligaram a televisão e cada um serviu seu prato. *Papa* chegou logo e foi correndo atrás da comida. Ao fim do jantar, reunidos, ligaram para a França. Foi como se estivessem mais uma vez em Nice e aquilo fez o coração de Aisha transbordar. Aquela família, mesmo com a distância, estava unida e aquela pequena nostalgia, de conversarem todos sobre seu dia, se tornou motivo de alegria.

POEMAS

A vida sobre o mar corre depressa.

Léguas após léguas, os dias se sucedem;
e a saudade, que a boca não confessa,
jaz insepulta. Os olhos já não medem

o horizonte longínquo, e não regressa
ao peito a antiga paz, que os lábios pedem
ao Criador do vento, que não cessa
de enfunar essas velas, que não cedem.

Fecho os olhos, contemplo o teu sorriso,
e sinto o beijo teu de despedida
na carícia da brisa benfazeja.

Nessa terra infeliz que eu mais não piso,
se morreste - bem sei, Laura querida! -
teu espectro comigo aqui veleja.

Fernando Santos Berçot
Funcionário do CEFET
(Menção honrosa)



Soneto da Boemia

Eram 17:30, a tarde caía
O débil Hélio inaugurava o resplandecer da noturna
Que ao se debruçar sobre a cidade soturna
Abençoava os cidadãos com um novo noite-dia

Na viela iluminada pela fraca fria luz
Agora ofuscada pelos numerosos bares
É servida a ambrosíaca de lúpulo, seduz
De forma irresistível aos sequiosos milhares

Na entropia da ebriez ao longe ouço o choro
A viola debulhando-se em amarguras, surge o coro
Que abraçando a languidez, principia a cantar

Como nem a fermentada poderia amorfina
A voz do povo entoava uma rima tão doída
"Dim-dim donde nós passemos dias feliz de nossas vida"

Matheus Mota dos Santos da Silva
Aluno da 4BINFO
(3º lugar)



Sou daqui

Sou suas desistências
Sou as sobras da exploração
Um grito de um povo escondido
Sou todos os calos das mãos

Sou olhos cheios de vida
A melhor mão de obra braçal
Sou corações cheios de sonhos
Sou seu alimento vital

Sou perda de bens em enchentes
Sou chacina esquecida
Sou o Estado batendo de frente
Sou o lugar para o fim da vida

Sou finado por bala perdida
Sou Duda, Marielle e Amarildo
Sou amor pela vida incessante
Por dentre os becos esquecido

Sou a escória do mundo
O grito de um povo mudo
Sou medo de morte diário
Sou corrida de quem não chega no páreo

Sou o silêncio faminto
Pena de morte sem júri
Sou churrasco em dia de domingo
E sua desumanidade impune

Não podem roubar a terra
Não podem roubar o meu sangue
Sou criança que de noite berra
Não vou deixar que me engane

Não vão me esconder para sempre
Sou a ascensão que você não entende
Sou ruas, becos e vielas
Sou pobre, sou rico, SOU FAVELA!

Victoria C. Freitas da Silva
Aluna da 4BED
(2º lugar)

Oito e infinitas lágrimas

Lágrimas não são fraquezas
São mirabolagens
Coragem de por para fora o verdadeiro medo
O real desespero
Um pretexto para guerrear
Uma lágrima para quem eu era
Outra para o que eu não sou
Uma lágrima para o que eu não vivi
Outra para o que me influenciou
Uma lágrima para a minha falta de atitude
Outra para todas as vezes que estive muda
Uma lágrima para todas as derrotas que eu não escrevi
Outra para todos os amores que não vivi
Lágrimas para o que eu não sei
Apenas deslizam sobre minha pele
Lágrimas que me encharcam
Agora sim eu posso parar de chorar
E nelas me afogar

Fernanda Mirella Sena dos Santos Alves
Aluna da 1BED
(Menção honrosa)



cambando

1

quando escolhi esse veleiro
não foi fácil me adaptar
e até mesmo esqueci
para onde devo navegar

2

calmaria é seguir sem destino:
apenas curtindo
sem rajadas,
sem desatino

3

eis a mais falsa cilada
ao relento apodrece
o sedento navegante
sem uma gota d'água

4

cracas se instalam na proa
encobrem o que preciso enxergar
o musgo envelhece novas cordas
fazendo um mastro estalar

5

pois pelo medo
da constante movimentação
torna-se odiosa
a própria embarcação;

6

como pude pensar,
rejeitar minha constituição
sem ao menos considerar
consertar o meu timão?

7

escolhas fortalecem as amarras,
estrutura necessária
para enfrentar esse oceano
de tantas mágoas

8

incontroláveis são os mares,
inevitável o sofrer;
mas preciso das tempestades
e meu barco locomover

9

nas correntezas do universo
um veleiro navega
tem lascas de madeira, esse veleiro
mas troquei escotilhas velhas

10

descobrimo compartimentos
custo ainda a estudar
as mais variáveis forças
que movimentam esse mar

11

visível como vento
ao oceano, estou cega
mas devo filtrar sentimentos
e direcionar a minha vela

12

pois costurei meus tecidos
e lavei meu convés
corre por vida o veleiro
a cada segundo, mais de mil pés

Ângela Guimarães Soares
Aluna da 4BTUR
(Hors-concours)

represa

As lágrimas são presentes
de meus olhos para o mar

olhos, na verdade
são os rios
e carregam os sonhos no ventre

os sonhos, mensagem
do intangível, da verdade
afirmação da existência de cada um

solitárias lágrimas,
estas que brotam da minha alma salgada,
clamam pela vida, sua casa
escorrem até chegar em canções recém cantadas
e momentos ainda tão distantes de mim

agora viajam
rápidas feito tempestades
sorradeiras como frente frias no fim da tarde

alcança e tinge o rosto com seu sabor
aroma de passado, gosto de presente
do mesmo sol que eu vi se pôr impaciente
por detrás dos gritos silenciosos de socorro

a verdade é que nunca gostei de despedidas
dessas que deixam o perfume na partida
e muitas cartas por serem escritas

algumas visitas deviam ser de casa
lamento, apenas nessas vezes,
que minha casa seja o mar
as correntes me levam pra longe
enquanto a observo feito um monge
que finge se controlar

arautas do sentido
não repudio mais sua presença
reconheço: cada lembrança entregue
é uma pequena-grande muda
da árvore que em mim floresce

permaneço paciente
desaprendo a respirar
perco de vista o luar

mergulho
no entanto, não afundo
junto ao oceano quem sou
e tudo que me acostumei a fugir

choro ecoa com a saudade
sacia a sede
fortalece para continuar esperando
mais uma vez
a alvorada

adeus, adeus á
vou me embora com as ondas do mar

vou me embora com as ondas do mar
adeus, adeus
até quando eu voltar

Gustavo Monção Carneiro Faria
Aluno da 4AINFO
(1º lugar)

Caixeiro-viajante

Que bicho que é esse, som de Belém
Que beija que abraça, som da Paixão
Que vem e que passa como ninguém
Que não enche a taça nem é ladrão
Os ventos do Tejo levam aquém
Entra no barco de mala na mão
Que bicho que é esse, som do Bonfim
Não se despede da mãe nem de mim

Que bicho que é esse, Vasco da Gama
Que sua, que rema, que vive na infâmia
Que ladra, que late, conflagra a chama
De fogo a fumaça, foge da infância
Chuva no encalço até pindorama
Não é troca fácil, glória por ânsia
Persegue a mudança, voa sem asa
Não é mais criança nem prata-da-casa

Caixeiro-viajante na praia chegava
Se perdeu dos decassílabos na viagem
Que barco que é esse, o Leblon esqueceu
Cheio de raça, tem flecha na aljava
Que bicho que é esse, o Leblon não entendeu
Que malha, que luta, tal qual uma abava
Que barco que é esse, o Leblon dormeceu
Que bicho que esse, perdeu sua língua
Que bicho que é esse, perdeu sua mãe

Muito ocupado com o óleo das costas
Deixou o caixeiro falando em postas:
Voo de verso-livre
Que bicho que sou?
Que tenho uma terra que não é minha
Que tenho uma terra que me tem
Que tenho uma terra que não me entende
E que não me atende pelo nome de ninguém

Sou sem-terra,
Sou alheio e itinerante
Viajor, sou transeunte.
Sou chegadiço,
Retirante, forasteiro,
Foragido, sou peregrino,
Passageiro, indefinível,
Mas faço da palavra minha bandeira

Brasil, onde é que estão os brasileiros
Dos filhos deste solo és mãe gentil
Pois bem cheguei, Brazil!
Onde é que estão os brasileiros que se escondem
Verás que um filho teu não foge à luta
Mãe, mãe, por que me abandonaste?

BRUNO ZAED